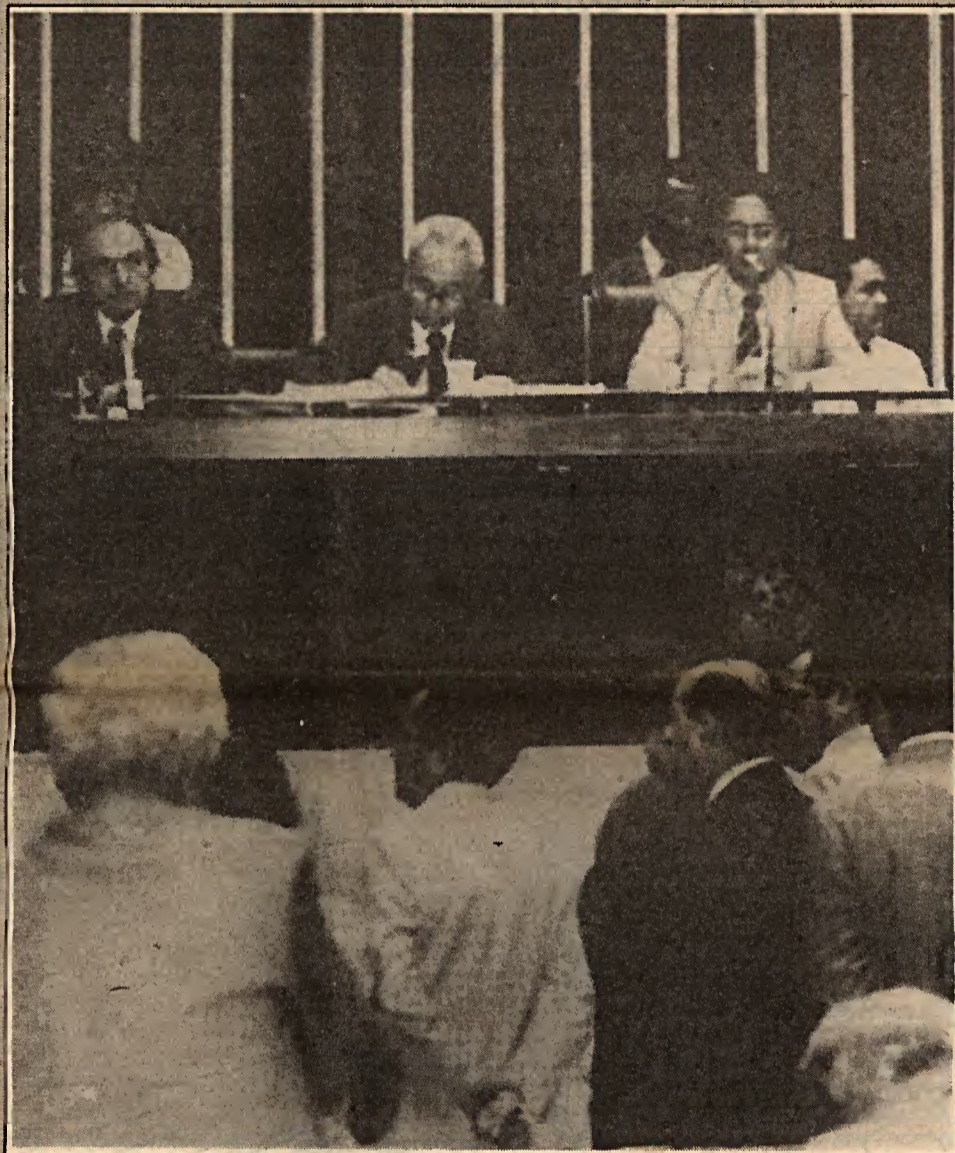


SISTEMATIZAÇÃO

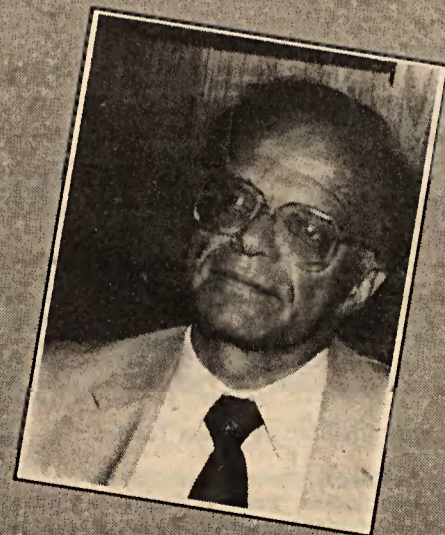
X

CENTRÃO



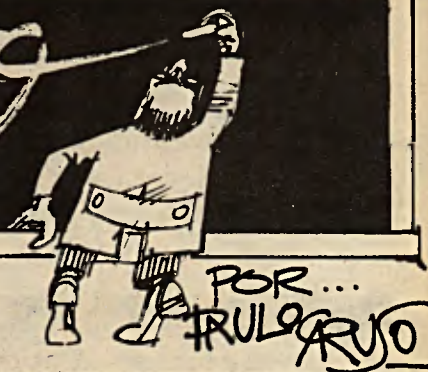
A EDUCAÇÃO EM DISPUTA NA CONSTITUINTE

Veja nas páginas 4 e 5. Nas páginas 8 e 9, entrevista com o jurista Fábio Konder Comparato (ao lado).



Quadro Negro

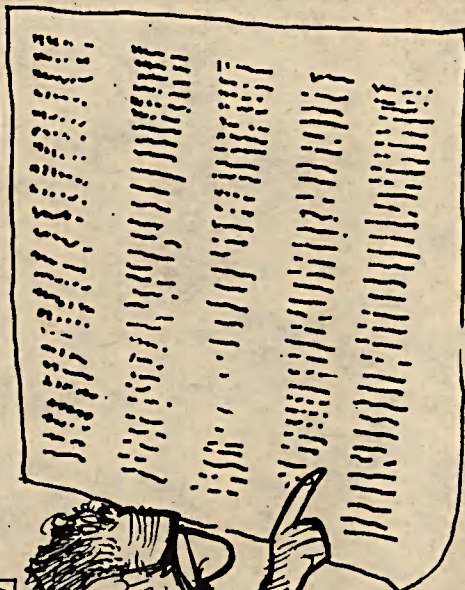
UM PANORAMA SUSSINTO E BEM UMORADO DO QUE CEJE EDUCASSÃO NU PAÍZ



COITADO, ELE NÃO SE CONFORMA DE NÃO HAVER SAÍDO NA LISTA DOS IMPRODUTIVOS DA "FOLHA"...

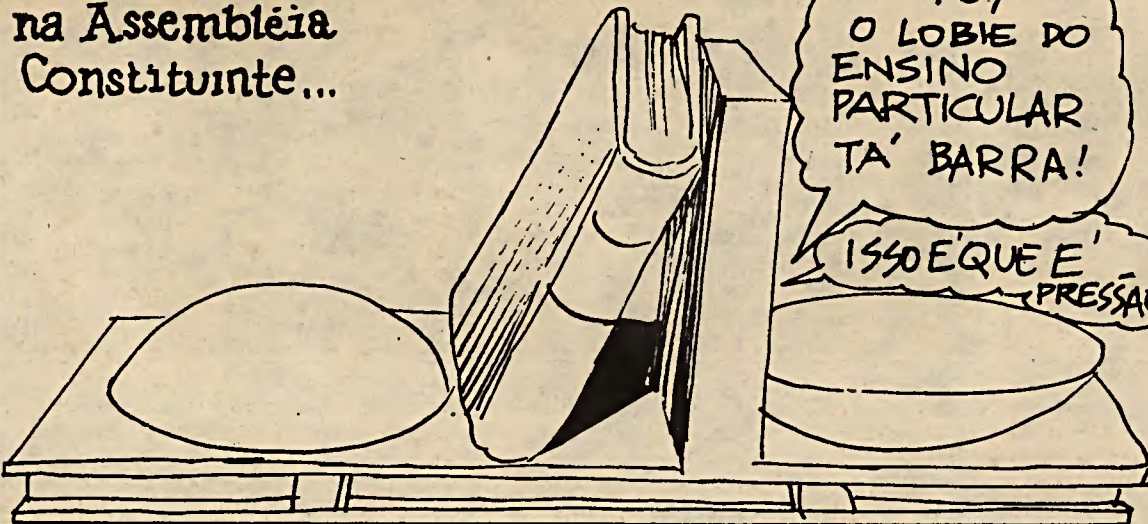


TSK TSK...

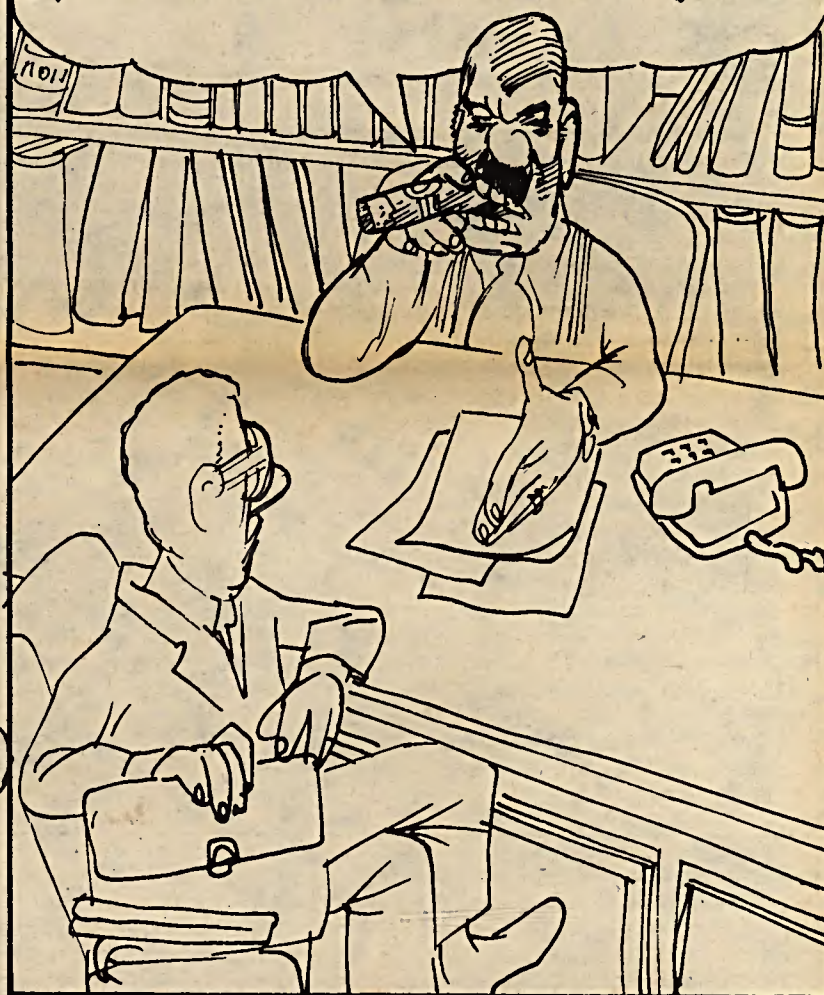


TRULOGUJO

ENQUANTO ISSO, na Assembleia Constituinte...



A ESTRATÉGIA COM A ESCOLA PÚBLICA DEVE SER A SEGUINTE: DEIXAMOS DETERIORAR E DEPOIS VENDEMOS TUDO BARATINHO PRA REDE PRIVADA!



unesp

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

Reitoria: Praça da Sé, 108 — Cep 01001 — São Paulo, SP

Campos Universitários: Araçatuba, Araraquara, Assis, Botucatu, Franca, Guaratinguetá, Ilha Solteira, Jaboticabal, Marília, Presidente Prudente, Rio Claro, São José dos Campos, São José do Rio Preto e São Paulo.

Outra Unidade: Instituto de Física Teórica (São Paulo)

Autarquia vinculada: Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" (Faculdade de Tecnologia — FATEC — de Americana, Baixada Santista, São Paulo e Sorocaba).

CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Reitor: Jorge Nagle

Vice-Reitor: Paulo Milton Barbosa Landim

Diretores das Unidades Universitárias: Acyr Lima de Castro, Alfredo João Rabaçal, Alvanir de Figueiredo, Antenor Araújo, Antonio Christofoletti, Antonio Espada Filho, Antonio Gilberto F. Fernandes, Antônio Quelce Salgado, Carminda da Cruz Landim, Fernando Mesquita Lara, Jogi Ariki, José Ribeiro Júnior, Lourival Larini, Marcos Alegre, Neivo Luiz Zorzetto, Nilo Odália, Ricardo Antonio de Arruda Veiga, Tatsuko Sakma, Waldemar Saffioti, Waldir Gandolfi e Willian Saad Hossne.

Representantes Docentes: Almir Lima de Castro, Elcio Marcantonio, Jehud Bortolozzi, Manoel Dias Martins e Roberto Ribeiro Bazilli (titulares); Antonio Carlos Busoli, Erler Schall Amorim, Gildo Matheus, Márcio Rubens Graf Kuchembuck e Tereza Correa Cariola (adjuntos); Carlos Erivany Fantinati,

Gerson Munhoz dos Santos, José Perozim, Luis Antonio Toledo e Manoel Victor Franco Lemos (assistentes doutores); Dib Gebara, Fernando Dagnoni Prado, Márcio Antonio Teixeira, Reynuncio Napoleão de Lima e Sérgio Amâncio Cruz (assistentes); Alfredo Alcântara Barreto, Antonino Kimaíd, Arlêta Nogueira Zelante Maryssael de Campos, Carlos Augusto Moraes e Araújo e Ronele Maria de Souza Pina (auxiliares de ensino).

Representantes técnico-administrativos: Airton Camplesi, Alberto Ney Fleitas Simas, Benedito Carlos Piveta, Djalma Cordeiro da Silva, Edevaldo Donizete dos Santos, Francisco Inácio Pinheiro, José Firmino Pereira da Silva, Luiz Gonçalves Rodrigues, Reinaldo Teixeira de Oliveira, Sérgio Grosso e Waldemar Pessoa da Cruz.

CEETPS: Oduvaldo Vendrameto

FAESP: José João Auad Júnior

FJESP: Horácio Lafer Piva

FCESP: Abram Szajmam

Este jornal, órgão da Reitoria da UNESP, é elaborado pela Assessoria de Comunicação e Cultura. Endereço: Praça da Sé, 108, 4.º andar (CEP 01001), São Paulo, SP. Telefones: 32-7755 e 32-7757.

Redação: José Roberto Ferreira (MT-17.039) - editor; Adriana Machado, Kátia Saisi e Denise Pellegrini Montes.

Arte: Celso Pupo

Fotos: Clóvis Ferreira Lima

Tiragem: 17.400 exemplares

Composição, Fotolito e Impressão: Cia Editora Joruês.

A reprodução de artigos, reportagens ou notícias é permitida, desde que citada a fonte.

A escola pública e o Senhor Ministro

Não é por simples interesse histórico que vimos rememorando algumas linhas de pensamento de vanguarda daqueles que participaram, a partir do final da década dos anos 50, da Campanha em Defesa da Escola Pública; nem é por mera curiosidade que estamos chamando a atenção sobre o tratamento negativo que a escola pública (gratuita) vem tendo, mais recentemente, tanto em órgãos da imprensa como na Assembléia Nacional Constituinte, devido à propaganda incitada pelos interesses privatistas em geral.

Do panorama inquietador dos dias atuais, já chamamos a atenção para a imperiosa necessidade de: a) estimular o enriquecimento da consciência sobre a importância do ensino público; b) ressaltar o significado da escola pública, pois constitui, ainda, um dos poucos mecanismos para atenuar as profundas diferenças existentes num país como o Brasil, de estrutura social caracterizada por desigualdades extremas; c) eliminar a carência do "sistema" de ensino público, suprimindo suas características excludentes e forçando o Estado a cumprir o dever inalienável de proporcionar condições para que os cidadãos freqüentem a escola criada e mantida pelos poderes públicos; d) aglutinar esforços para debelar o processo de estigmatização da escola pública, até no sentido de desfazer sutis equívocos semânticos, tais como a substituição do termo público pelo estatal e a assimilação do público ao privado (E o que dizer da última novidade: o ensino "semi-público"?); e) tomar firme posição quanto ao destino dos recursos públicos, de modo que sejam exclusivamente empregados na ampliação e melhoria da escola pública.

Entre outros, tais pontos convergem para reafirmar o princípio básico, segundo o qual "a escola pública, a escola aberta a todos, a escola gratuita, a escola que é garantia da união entre os homens porque não distingue cor, credo ou fortuna", continua representando a escola democrática no sentido pleno e forte da palavra.

Se é essa a orientação a ser seguida, então é preciso um acompanhamento atento do que vem sendo afirmado, discutido ou publicado sobre o assunto. Quanto à nova Carta Magna, este Jornal vem fornecendo informações de diversas fontes; neste mesmo número, o leitor poderá lucrar com as análises contidas no artigo elucidativo "A educação na Constituinte" (págs. 4 e 5).

Embora em outra direção, também têm sido elucidativas as declarações do Senhor Ministro da Educação, Hugo Napoleão: de um lado, enquanto titular do principal órgão da administração pública brasileira da área educacional, não se tem pronunciado com suficiente clareza sobre os temas de sua pasta (por exemplo, os cinco cruciais problemas acima mencionados); de outro lado, desde que assumiu o cargo, as declarações do ministro têm se caracterizado pelo teor um pouco aligeirado, quer sobre vestibulares ou sobre a chamada "liberdade vigiada", quer quando elogia a escola privada ao mesmo tempo em que critica a escola pública.

Tais declarações, publicadas em diversos jornais, provocam surpresa além de causarem inquietação, considerando-se a origem. Com efeito, bas-



tou a veiculação de notícias sobre fraude em alguns vestibulares, para que o Senhor Ministro criticasse os vestibulares. Referiu-se a tais exames em escolas públicas; silenciou sobre os das escolas privadas. Colocou no mesmo contexto o processo acadêmico que os exames contêm e os casos de fraude que constituem tarefa não das instituições de ensino superior mas da área da polícia; não apresentou, até o momento, nenhuma sugestão mais séria sobre o tema, quando existe, há muitos anos, extensa bibliografia, mesmo nacional, disponível a respeito do assunto, que deve ser do conhecimento dos técnicos do Ministério.

O Senhor Ministro continuou com a sua infeliz trajetória, quando aceitou a decretação da chamada "liberdade vigiada". Liberdade, demasiada liberdade, sim; porém, vigiada? De modo algum. E como poderia ser vigiada, se, apenas para argumentar, não foi proposta nenhuma regra para as margens de lucro das escolas particulares; se inviabiliza possíveis reclamações dos pais, pois em muitas escolas as associações de pais não existem (apenas recentemente, foi criada associação de pais como organização mais ampla); se os Conselhos Estaduais de Educação (CEEs) não possuem as necessárias condições, materiais e humanas, para procederem, com melhores critérios, à afixação das mensalidades escolares e seus reajustes, bem como para fiscalizar e punir as escolas? Convocados, recentemente, pelo presidente da Comissão de Encargos Educacionais, do Conselho Federal de Educação (CFE), presidentes dos CEEs e das respectivas Comissões de Encargos Educacionais declararam-se contrários à "liberdade vigiada", pelos motivos já expostos, devendo-se acrescentar aquele que é o mais relevante: aos Conselhos de Educação compete traçar as normas dos sistemas — a política educacional, os planos de educação —, de modo que, para a questão dos encargos educacionais, o Estado deveria empregar seus próprios órgãos (os de defesa do consumidor, a Sunab, etc.). Ouvidos moucos. Como resultado, acrescentou-se uma confusão ou complicação total ao

que já era bem confuso e complicado. Para o MEC, ao que parece, isso não constituía preocupação. O bode expiatório continuava existindo: os CEEs, bode expiatório que permanece como versão, talvez mais original, do que o espetáculo chamado de "a farra do boi".

Se, em cada uma dessas situações, o Senhor Ministro tem, direta ou indiretamente, protegido a escola privada e desfavorecido a escola pública, muitas de suas declarações — talvez, mais como político do que como ministro? — vão direto ao alvo: estigmatizar, ainda mais, a escola pública. De fato, nessa direção criticou o MEC por não liberar mais (?) recursos para as escolas particulares, afirmou — também noticiado pelos jornais —, que as escolas oficiais sofrem de politicagem e de apadrinhamento; elogiou as universidades particulares, dizendo que estas realmente ajudam a construir o País do futuro. Tais declarações são suficientes para demonstrar tanto o caminho que o Senhor Ministro vem percorrendo, como justificam nossa apreensão quanto aos destinos do ensino oficial.

Ora, Sua Excelência parece desconsiderar o fato de que é seu dever aplicar todo o esforço do MEC na multiplicação e no aperfeiçoamento do ensino público, pois este é o dever do Estado e um direito dos cidadãos. Ao desconsiderar esse fato, omite um outro: as empresas privadas, na sua grande maioria, mais exploram do que prestam serviços educacionais; nem se importam com os necessários padrões de qualidade e de atuação exigidos para essa atividade. Por sua vez, ao asseverar o que asseverou sobre a universidade particular, mostra desconhecimento até mesmo de análises de órgãos oficiais, incluindo o MEC, de acordo com as quais o ensino superior público é o responsável pela quase totalidade da pesquisa científica e tecnológica que se faz no País. Além da formação de profissionais altamente qualificados para as diversas áreas das atividades públicas e privadas, o ensino público de nível superior, especialmente o universitário, foi um dos principais responsáveis pela dinamização da vida nacional nos seto-

res primário, secundário e terciário — o que se realizou no Brasil, com um bom grau de autonomia nesses setores, foi graças à existência de profissionais competentes e ao desenvolvimento da pesquisa, ambos produtos marcantes das instituições de ensino superior oficiais.

Por tudo o que o Senhor Ministro vem declarando e, muitas vezes, fazendo, vai deixando de ser simples suposição a dependência de seu ministério das linhas adotadas pelo Ministério da Fazenda, ao que se vem associar uma vasta campanha de desmoralização de tudo o que se relaciona à ordem pública, de tudo o que pertence à esfera do Estado. As críticas que vêm sendo feitas à escola pública nada mais seriam do que uma peça, entre outras, para desmerecer órgãos públicos ou atividades públicas; de forma mais global, o curioso de tudo isso é que aparecem ligações de dependência com diretrizes traçadas pelo Banco Mundial, outra grave hipótese.

Não podemos permitir que ocorra o descrédito da escola pública, quando tal descrédito — é o que se dá — não é real mas construído por interesses, muitas vezes, inconfessáveis. Não se pode assistir, impunemente, à deterioração de um símbolo de um dos mais importantes instrumentos de democratização da cultura e da sociedade. A escola pública não representa um simples rótulo: a tradição brasileira e a dos países que se preocupam com o desenvolvimento qualificado de seu povo, como um todo, relacionam a escola pública como uma das principais vertentes das políticas públicas. Alterar o sentido originário ou propagar a paulatina substituição da escola oficial pela empresa privada é um golpe duro, além de infeliz e injusto para a grande camada da população brasileira.

O Senhor Ministro certamente nos perdoará, especialmente nesta fase pascoalina do ano; a única sugestão possível no momento. Ao invés das declarações que Sua Excelência vem fazendo, talvez fosse preferível, apesar das negativas ressonâncias históricas, que sua resposta às indagações sobre a educação brasileira fosse, simplesmente, esta: "Nada a declarar."

A Educação na Constituinte

LEONOR MARIA TANURI
Especial para o Jornal da UNESP

A reduzida divulgação do projeto constitucional e o escasso debate público acerca de alguns de seus pontos mais importantes — entre eles, sem dúvida, a educação — leva-nos a temer pela sorte de algumas propostas endossadas por parcela significativa dos educadores brasileiros e de algumas conquistas já efetivamente consagradas na história constitucional do país.

A atual Constituinte já viveu momentos bastante perigosos, em que se evidenciaram graves retrocessos, capazes de comprometer seriamente

os rumos da educação brasileira. Basta lembrar que o primeiro substitutivo do relator Bernardo Cabral, de par com a intenção de “enxugar” o texto constitucional, a) suprimiu a competência privativa da União para fixar as diretrizes e bases da educação nacional, retirando-lhe uma atribuição já insistentemente reclamada pelos educadores brasileiros no início dos anos trinta; b) eliminou a vinculação de percentuais da receita de impostos para a educação, descartando a difícil conquista que representou a aprovação da Emenda Calmon; c) limitou a gratuidade do ensino público ao ensino de primeiro grau, fazendo tábula rasa da reivindicação por “ensino público e gratuito”, que mobilizou praticamente todas as en-

tidades representativas do magistério e associações de educadores do país.

Felizmente, em face da movimentação e da pressão política, o segundo substitutivo do relator Bernardo Cabral e o projeto finalmente aprovado pela Comissão de Sistematização representaram considerável avanço, retomando as referidas medidas, as quais são de fundamental importância para o desenvolvimento qualitativo e quantitativo do ensino, num país de grandes diversidades regionais e organizado segundo o princípio federativo. Entretanto, a apresentação de substitutivo por parte do chamado “Centrão” trouxe à baila pontos de dissenso, que deverão polarizar a atenção da Constituinte no

momento da discussão dos dispositivos referentes à educação. As diferenças entre os dois projetos — o do “Centrão” e o da Comissão de Sistematização — embora aparentemente sutis, revelam-se significativas após uma leitura mais acurada e dizem respeito a teses conflitantes, de há muito presentes no debate educacional brasileiro. O *Jornal da UNESP* apresentou em seu último número (n.º 24, março/88) um cotejo entre esses projetos e os textos constitucionais de 1946 e 1967. Passaremos a comentar alguns dos aspectos ali arrolados.

Leonor Maria Tanuri é docente do Departamento de Administração e Supervisão Escolar da FEFCSO — campus de Marília, e colabora nesta edição a pedido da Redação.

É indispensável definir a divisão de competências

No que diz respeito à divisão de competências entre as esferas de poder, relativamente à organização do sistema de ensino, cumpre notar que a solução atualmente vigente deita raízes na Constituição de 1934, quando se atribuiu autonomia aos Estados para a organização de seus sistemas de ensino, reservando-se para a União o papel de coordenar e estimular as atividades educativas em todo o país. Esses dispositivos da Carta de 1934 seriam restabelecidos em 1946 e permaneceriam, sem modificações fundamentais, na Constituição de 1967 e Emenda Constitucional n.º 1, de 1969. Assim, consagrava-se a competência da União para “legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional”, organizar o sistema federal de ensino (de caráter supletivo) e o dos Territórios; aos Estados e ao Distrito Federal conferia-se a prerrogativa de organizar os seus respectivos sistemas de ensino. A progressiva centralização política e administrativa ocorrida no regime militar e a atuação normativa exorbitante do Governo Federal no âmbito da educação se processou, portanto, a despeito da persistência dos mencionados dispositivos constitucionais.

O projeto elaborado pela Comissão de Sistematização conserva as mesmas

competências para a União. Entretanto, a responsabilidade pela organização dos sistemas de ensino deixa de ser exclusiva dos Estados, já que o artigo 244 estabelece: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os seus sistemas de ensino”. Assim, sem optar por uma tese radical de municipalização do ensino — o que seria desastroso como solução única para todo o país — o projeto reconhece a existência dos sistemas municipais, prevendo expressamente a responsabilidade dos municípios e priorizando a sua atuação no ensino “fundamental” e pré-escolar. Destaque especial merece a figura do regime de “colaboração” entre as três esferas de governo, que oferece condições para que se procure garantir a maior participação da União no âmbito do ensino de 1.º e 2.º graus. Por estranho que possa parecer, a proposta do “Centrão” exclui o mencionado artigo 244, omitindo-se acerca da atribuição cooperativa da União, Estados e Municípios na organização de seus sistemas. O perigo dessa omissão é evidente e as conseqüências as mais imprevisíveis, embora certamente deletérias. Em face de um eventual reforçamento da tendência centralista, a exclusão do mencionado dispositivo poderia levar a



As propostas do Centrão aparentemente escondem diferenças fundamentais...

União a um “excesso disciplinante”, ou seja, a ultrapassar os limites das “diretrizes e bases”; poderia, por outro lado, servir para justificar eventual omissão da União em matéria de educação, ou mesmo de qualquer das outras esferas de poder. Na verdade, embora os dispositivos constitucionais não sejam instrumentos suficientes para nos libertar das

cadeias de uma administração excessivamente centralizante, herdada de nossa tradição autoritária, nem para garantir o real esforço conjunto da União, Estados e Municípios na tarefa de organização e expansão do ensino, não há dúvida de que a precisa definição das competências é condição indispensável para que isso venha a ser atingido. (L.M.T.)

Propostas divergem quanto à questão da gratuidade

Passemos agora à análise do princípio da gratuidade, aspecto que também é objeto de divergência entre as duas propostas em apreço. Inserida na primeira Constituição do Império, a gratuidade do ensino primário volta a figurar na Carta Republicana de 1934, associada à obrigatoriedade desse ensino, quando então se lhe acrescentou uma solução bastante feliz: tendência à gratuidade do ensino ulterior ao primário. A partir da Constituição de 1946, a gratuidade do ensino pós-primário é encarada de maneira cada vez mais restritiva: apenas para os que provassem falta ou insuficiência de recursos (Carta de 1946), condição à qual a Carta de 1967 e a Emenda Constitucional de 1969 acrescentaram a exigência de demonstração de “efetivo aproveitamento”. Ressalte-se que, mesmo na prática pedagógica, a gratuidade

do ensino público, como princípio geral, não tem longa tradição no Brasil. A cobrança de taxas e mensalidades no âmbito do ensino secundário federal só foi abolida em 1951, por decreto do Governo Federal (Dec. 29396/51). No âmbito do ensino superior federal, a gratuidade de fato foi uma conquista progressiva, a partir do final da década de quarenta, decorrente não de prescrição legal, mas de progressiva corrosão inflacionária das mensalidades, pressionadas a se manterem constantes pelas reivindicações estudantis. Em tais circunstâncias, a gratuidade do ensino público pós-primário é uma conquista histórica recente, que o governo militar não conseguiu abolir, apesar dos textos constitucionais e dos projetos elaborados para regulamentá-los.

No projeto da Comissão de Sistematização, a gratuidade do ensino público está incluída entre as declarações de princípio, o que lamentavelmente não ocorre no projeto do “Centrão”. Em ambas as propostas, o “dever” do Estado de fornecer ensino gratuito limita-se ao ensino “fundamental”, com extensão progressiva para o ensino “médio”. Assim, a eventual exclusão do princípio da gratuidade do ensino público certamente oferecerá ensejo para que recrudescam as tentativas de regulamentar a cobrança de anuidades, sobretudo no 3.º grau. Sem entrar no mérito dessa questão, ou na seara dos argumentos utilizados no debate — todos já sobejamente veiculados — restaria lembrar as dificuldades práticas para eliminar a suposta “injustiça social” propalada pelos partidários do ensino pago e exigir contribuições proporcionais às possibilidades eco-

nômicas do aluno. Se nem mesmo se consegue arrecadar o imposto sobre a renda de forma que ele realmente manifeste o seu caráter de imposto progressivo, onde buscar critérios seguros para a cobrança das referidas contribuições? Concordamos com Florestan Fernandes que “a gratuidade do ensino superior deve ser defendida sem subterfúgios, mas também sem ilusões. (...) A correção de seus efeitos negativos não deve ser procurada na sua eliminação pura e simples...” (1)

A democratização das oportunidades educacionais e a melhoria da qualidade de nosso ensino superior devem ser buscadas sem recuos e sem que se percam as conquistas já efetivadas! (L.M.T.)

(1) FERNANDES, Florestan. *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo, Alfa-Omega, 1975, p. 142.

Outros princípios ganham espaço nos dois projetos

Tanto o projeto da Sistematização como o do Centrão registram alguns avanços consideráveis com relação a outros princípios, além dos que tratam das questões da competência e da gratuidade do ensino. Ambos contemplam com a mesma formulação, por exemplo, a “democratização do acesso e permanência na escola”, bem como “a valorização dos profissionais do ensino”, com garantia de padrões condignos de remuneração e de fixação de critérios para a implantação da carreira do magistério.

Tais dispositivos evidenciam terem encontrado eco na Constituinte as reivindicações das entidades de classe e as preocupações dos educadores pela ampliação da escolaridade e eliminação da evasão escolar.

O mesmo se pode dizer do Artigo 241, parágrafo 1º, da proposta da Comissão de Sistematização, que define o acesso ao ensino obrigatório e gratuito como “direito público subjetivo”, ou seja, passível de ação judicial contra o Estado, medida que o “Centrão” omitiu em sua proposta.

É também destacável a “gestão democrática do ensino com participação de docentes, alunos, funcionários e representantes da comunidade”, nos termos do projeto da Comissão de Sistematização. Já a proposta do “Centrão” prevê, de maneira bem mais vaga, a “função participativa dos mestres, dos pais e da comunidade”. Provavelmente, a inexistência de interpretação unívoca para a expressão “gestão democrática” tenha levado a Comissão de Sistematização a procurar defini-la no próprio texto da Constituição. E, ao fazê-lo, se de um lado dará respaldo constitucional à participação da sociedade nas decisões relativas à política educacional, de outro, corre o risco de estabelecer prematuramente a generalização, para todos os escalões administrativos e todas as unidades de ensino (das universidades às pré-escolas?), de uma experiência que ainda é recente e restrita. Talvez, melhor seria deixar essa formulação minuciosa para o âmbito da regulamentação de cada situação específica. (L.M.T.)



com relação ao texto apresentado anteriormente pela Comissão de Sistematização.

Recurso público poderá financiar escolas privadas

Vejam, finalmente, o aspecto mais controverso de divergência entre os dois projetos: o subsídio à escola privada. A grande polêmica acerca dessa questão remonta à fase final de tramitação do projeto de Diretrizes e Bases, quando a questão **Escola Pública X Escola Particular** polarizou toda a discussão.

Naquele momento, em que as propostas iam até a privatização subsidiada pelo Estado, a solução conciliatória aprovada previa a aplicação dos recursos “preferencialmente” na manutenção das escolas públicas, estabelecendo subvenção às escolas privadas mediante concessão de matrículas gratuitas no valor correspondente. Legalmente ampliada no regime militar, a orientação privatista foi na prática estimulada e subsidiada pelo poder público, sobretudo no 3º grau de ensino. Assim, a Emenda Constitucional nº 18, de 1/12/65, vedava a cobrança de impostos sobre o patrimônio, a renda e os serviços de instituições

de educação. Mantendo essa isenção fiscal, as Constituições de 67 e 69 previram também o “amparo técnico e financeiro dos poderes públicos à iniciativa privada, inclusive mediante bolsas de estudos”. A permanência de tal orientação e das mazelas do sistema de bolsas em favor das empresas de ensino está contemplada disfarçadamente no projeto do “Centrão”. Embora enunciando que “o Poder Público não subvencionará o ensino privado, salvo em caso de instituições sem fins lucrativos”, o referido projeto nada acrescenta para modificar a situação atual em que o caráter não-lucrativo é sempre garantido em termos estritamente formais; ademais o projeto prevê a concessão de bolsas nas escolas privadas em caso de insuficiência de vagas na rede pública, bem como contratos ou convênios de cooperação entre o Poder Público e as instituições privadas, o que, a nosso ver, desobriga o poder público da expansão de sua própria rede.

O texto da Comissão de Sistematização evidencia que o legislador foi sensível à proposta subscrita pelas principais associações de educadores do país (ANDES, ANDE, CPB, ANPAE, ANPED, entre outras) resumida no slogan “verbas públicas para as escolas públicas”, mas que acabou por acolher uma solução de compromisso, negociada ainda no interior da Comissão Temática, nos seguintes termos: “os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos às escolas confessionais, filantrópicas ou comunitárias definidas em lei”, desde que provem finalidade não lucrativa e prevejam a destinação de seu patrimônio a uma outra escola congênere ou ao poder público, no caso de encerramento de suas atividades. Em que pese a especificação minuciosa das instituições subvencionáveis, ficará para a legislação ordinária a difícil tarefa de precisar a definição de “escola comunitária” e de estabelecer mecanismos que realmente — não apenas quan-

to aos aspectos formais-jurídicos — permitam distinguir as instituições que não se orientam pela ótica do lucro. Essa tarefa é tanto mais importante quando se considera que mesmo o projeto da Sistematização proíbe, sem qualquer especificação, a cobrança de impostos sobre o patrimônio, a renda ou os serviços de instituições de educação sem fins lucrativos.

Não sabemos como a Constituinte vai decidir o problema da destinação dos recursos públicos. Mas esperamos que não se armem novas alianças entre os representantes dos interesses dos empresários do ensino e não se firmem novos compromissos que impeçam ou restrinjam a canalização dos recursos públicos para a escola pública, única capaz de pôr em prática uma política educacional voltada para todo o povo brasileiro e de escolarizar nossa população carente de recursos. (L.M.T.)

Sistematização: dos males, o menor

Quando ocorrer a votação do capítulo sobre Educação, provavelmente na segunda quinzena deste mês, estarão em jogo, no que se refere à destinação de verbas públicas, o mal menor contra o mal maior. A batalha em que se procurava garantir a exclusividade das verbas públicas para as escolas públicas já foi realizada na constituinte, e parece irremediavelmente perdida: os recursos públicos terão fins diversos.

O mal maior reside na proposta do Centrão, o grupo suprapartidário que encontrou nos assuntos relacionados à Educação um fértil terreno para plantar sua generalizada doutrina privatista. Apesar de haver na proposta do grupo algumas sutilezas, fica suficientemente claro que o corredor entre o Erário Público e a tesouraria das escolas particulares estará legalmente aberto para o trânsito, em mão única de direção, de recursos. Ao indicar o Estado e a família como responsáveis pela educação e ao preconizar o oferecimento de bolsas pelo poder público a alunos de escolas privadas, além de abrir a pos-

sibilidade de convênios de cooperação entre ambos, a proposta do Centrão, se aprovada, abrirá todas as possibilidades de o Estado se eximir de uma de suas maiores responsabilidades, a educação.

O mal menor é a proposta da Comissão de Sistematização. Ela diz que “os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas confessionais, filantrópicas ou comunitárias...”. Os aspectos al envolvidos dão margem a uma ampla discussão, como a benemerência e os bons serviços prestados por entidades inseridas naquele rol. Há, no entanto, algumas questões de origem e/ou de fins que colocam efetivamente em xeque a validade de se destinar verbas públicas para o que não é do domínio público. Uma universidade, confessional, de São Paulo, sempre evocada como símbolo da eficiência acadêmica, cobra duzentos cruzados de um aluno que pretende ter uma audiência com o reitor (cf. “O Estado de São Paulo”, edição de 6/3/88, pág. 26). Além de questões desse tipo (picuinhas, po-

de-se admitir, mas que revelam o caráter das instituições privadas), nunca pode ser esquecido que uma Constituição é um instrumento para o futuro. Logo, será que não teremos pela frente o surgimento, em ritmo e forma de avalanche, de instituições apenas supostamente confessionais, filantrópicas ou comunitárias? Ou ainda, será que as atuais e futuras entidades desse gênero, na corrida por verbas públicas, não se transformarão em reductos do clientelismo político, em verdadeiros currais eleitorais?

Para os que viram na realização da Constituinte uma saída para o ensino brasileiro com base exclusivamente na gestão comprometida do Estado o sonho acabou. Frustrações e lamentações à parte, resta agora torcer para a Sistematização. Mesmo os deputados progressistas que dedicaram boa parte de sua atuação na defesa das verbas públicas para a escola pública já se renderam. Os peemedebistas Hermes Zaneti (RS), Octávio Elísio (MG) e Jorge Hage (BA) e os petistas Florestan Fernandes e Gumercindo Milhomen (SP)

estão entre os que inicialmente defendiam de maneira contundente a destinação dos recursos públicos mas hoje aceitam as concessões contidas na proposta da Comissão de Sistematização “para evitar problemas maiores”, como revelou Florestan Fernandes ao Jornal da UNESP. Na negociação entre as várias correntes que compõem a Sistematização (o Centrão é suficientemente homogêneo no que se refere aos assuntos de privatização), aqueles deputados são unânimes ao justificar a necessidade de transigência. Hermes Zaneti disse que a concessão (incluindo as confessionais etc.) foi necessária para que a emenda não saísse pior do que o soneto: “Era preciso conceder para avançar”, resumiu.

Com qualquer dos males que venha ficar — o menor ou o maior —, a nova Constituição colocará nas mãos da escola pública mais um desafio: o de mostrar à sociedade e aos poderes públicos que deve ser ela a destinatária pelo menos de maior parte das verbas públicas para a Educação. Logo, muita coisa precisará ser feita. (J.R.F.)

FEG desenvolve um 'heat pipe' brasileiro

Desenvolver no Brasil uma tecnologia de transmissão de energia já utilizada com sucesso no exterior. É esse o objetivo do projeto "Sistema de troca de calor com *heat pipes*", desenvolvido pelo professor Nelson Múrcia, da Faculdade de Engenharia, do campus de Guaratinguetá (FEG).

"A troca de calor existe há séculos, pois ao se misturar água quente à fria, já se está transmitindo calor", diz Múrcia. Com o desenvolvimento da indústria, o princípio foi sendo utilizado com maior frequência e estudos relativos à transmissão de calor ganharam impulso. Mas, até a década de 60, havia apenas o trocador de calor convencional: uma estrutura composta por simples canos de cobre - material de alta condutibilidade - que, ao entrarem em contato com substâncias aquecidas, transmitiam calor para outro elemento ainda frio que se encontrasse próximo.

Com o desenvolvimento da tecnologia na área, surgiu o *heat pipe*, ou tubo de calor, que é um trocador de calor de altíssima condutibilidade térmica, utilizado em larga escala nos países industrializados. Prova de sua extensa utilização é o seu uso pela NASA, para equalização de temperatura de satélites geostacionários. Ou seja: como o satélite recebe maior quantidade de luz do Sol em um de seus lados, há risco de que essa variação de temperatura comprometa o funcionamento de seus componentes. O tubo de calor é, então, o responsável pela distribuição da temperatura pelo satélite todo, evitando tensão térmica e superaquecimento de componentes.

O *heat pipe* é também utilizado na eletrônica, para retirar o calor de minúsculos componentes e dissipá-los no meio ambiente. Nesse caso, a fonte quente necessariamente tem que estar distante da fonte fria e o tubo permite justamente isso, ao transportar o calor de cada um dos componentes para uma aleta de resfriamento.

Na medicina, tem finalidades cirúrgicas. É utilizado para resfriamento da parte afetada, onde será feita a cirurgia, pois usa como fluido de trabalho o nitrogênio, que permite



O tubo de calor criado por Múrcia propicia um avanço para a tecnologia nacional

temperaturas baixíssimas. O tubo de calor pode utilizar, como fluido de trabalho, desde o hélio, a 270°C negativos, até a prata, a 2300°C positivos.

Utilizando a água como fluido de trabalho, a faixa de temperatura em que o projeto do professor Múrcia se enquadra é de 50°C a 200°C, adequada para recuperação de calor industrial. Sua aplicabilidade pode se dar no setor têxtil, alimentício, de cerâmica entre outros.

TROCADOR DE CALOR

O trocador de calor desenvolvido na FEG começou com a construção dos tubos de calor. Constituído de um cano metálico - no caso, de cobre - que, depois de limpo e de receber em seu interior um material poroso (tela metálica) tem suas extremidades vedadas, fi-

cando apenas uma entrada capilar. Passa, então, por um sistema de evacuação, onde o ar é retirado e, em seguida, é injetado o fluido de trabalho. O tubo então é totalmente vedado e está pronto para ser utilizado. Apesar de parecer simples sua construção, "foram necessários muitos testes para se chegar a um modelo perto do ideal; construímos cinquenta tubos para serem utilizados no trocador de calor", comenta Múrcia.

Dentro do trocador, os tubos operam entre uma fonte quente e uma fria, como explica o professor: "O tubo recebe calor por uma de suas extremidades. Assim, o fluido de trabalho, que no nosso caso é a água, se evapora ocupando toda a região do tubo. Porém, ao entrar em contato com a extremidade fria, ele se condensa e vai novamente ao ponto aquecido onde se evapora completando o ciclo".

O trocador foi instalado no laboratório da FEG em uma estrutura capaz de reproduzir o processo de uma atividade industrial, mostrando o caminho percorrido pelo calor nessa atividade. O funcionamento do protótipo inicia-se com um ventilador que expelir ar frio. Esse ar, ao passar por uma caixa de resistências, é aquecido e vai se deslocando por tubos isolados por lã de vidro. O ar quente, ao entrar em contato com o trocador de calor, se resfria e a sua energia passa para a outra extremidade dos tubos - por onde passa o ar frio - quando o processo se reinicia. Nessa fase, o ar, ao passar pelos tubos, já se aquecerá e necessitará de menos resistências para chegar à temperatura ideal.

"A utilização dos tubos permite a economia de 80 a 90% da energia que seria perdida para o meio ambiente", explica Múrcia. Essa economia pode acontecer, por exemplo, com a utilização da energia do ar quente expelido por uma chaminé. Ao passar pelo trocador, ele vai transmitir seu calor para um outro processo industrial, além de haver a possibilidade de ele ser filtrado durante o processo.

O PROJETO

O projeto para desenvolvimento e construção do trocador de calor foi financiado pela Secretaria de Tecnologia Industrial (STI) do Ministério da Indústria e Comércio (MIC). O projeto foi iniciado há seis anos na UNESP, sendo que o professor Múrcia estuda o assunto há dez.

A primeira etapa, de implantação, está no final, na fase de análise dos dados por computador. O próximo passo será a implantação efetiva para aplicação na indústria, projeto que já tem parecer técnico favorável da STI. A primeira etapa teve um custo de 3,5 milhões de cruzados, valor equivalente ao previsto para a segunda.

Participam do projeto, além do professor Múrcia, seu idealizador e coordenador, o professor Petrônio Masanobu Tanisho, coordenador prático, dois alunos e dois técnicos. Futuramente, mais dois técnicos deverão ser incorporados à equipe.

Centro de Estudos reúne informações sobre A. Latina

O ano de 1988 promete ser decisivo para o CELA - Centro de Estudos Latino-Americanos, criado há dois anos no Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação (ILCSE), do campus de Araquara. Instalado agora em sua nova sede, em São Paulo, no prédio onde funciona a FUNDUNESP, poderá de modo efetivo desenvolver as diversas atividades planejadas que têm como objetivo melhorar o acesso às informações sobre a América Latina, oferecendo condições para pesquisa e ensino na área.

Segundo o coordenador do Centro, professor John Manuel Monteiro, do ILCSE, "o CELA deverá atuar em três frentes: apoio à pesquisa como central de informações; produção e divulgação de materiais; e organização de cursos".

A central de informações funcionará como um banco de dados sobre instituições acadêmicas e associações profissionais do país e do exterior. O objetivo desse cadastro é "reunir informações referentes a bolsas de estudo e material de pesquisa, proporcionando, além da troca de informações e eventual intercâmbio de professores, novos locais para pesquisa", explica o professor.

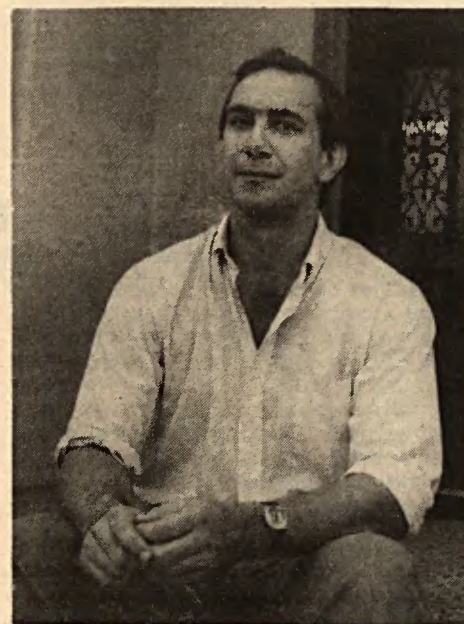
Dentro da área de produção de trabalhos, pretende-se publicar coleções voltadas para pesquisadores e professores.

Um dos trabalhos em planejamento é uma série bibliográfica baseada em material sobre a historiografia colonial e a escravidão, composta de textos básicos traduzidos e publicados em coletâneas de artigos, além de documentos de difícil acesso no Brasil, com prioridade para os clássicos latino-americanos.

REVISTA

Além desses, há a Revista de Estudos Latino-Americanos, publicação anual, voltada para temas específicos. A primeira, sobre a escravidão, aproveita como gancho o ano do centenário da abolição no Brasil. "A Revista terá padrão internacional, abordando a produção acadêmica de qualidade reconhecida, visando refletir as preocupações gerais do Centro", diz John.

A Revista já está sendo elaborada através de artigos de autores nacionais e estrangeiros capazes de promover a maior integração dos contingentes acadêmicos brasileiros e do exterior preocupados com os estudos latino-americanos. "Serão utilizadas fontes novas de estudo. O negro teve um papel histórico fundamental por criar seu espaço, ter uma vida individual. Os historiadores estão se preocupando com esses outros aspectos não explicados na historiogra-



John Montelro, coordenador do CELA

fia divulgada até agora", afirma o professor.

Dentro dessa estruturação, há outras séries que pretendem fornecer roteiros bibliográficos para cursos ministrados na UNESP. Além disso, há planos para a montagem de cursos básicos especiali-

zados voltados para os estudos latino-americanos articulados com o currículo da Universidade, e, para o futuro, cursos de extensão universitária para atender um público mais amplo.

A biblioteca do Centro, em fase de implantação, conta ainda com um pequeno acervo. Os livros estão incorporados à biblioteca do ILCSE. "A biblioteca está começando. É basicamente de história e problemas latino-americanos, devendo abranger outros aspectos dos estudos latino-americanos como as demais áreas das ciências humanas e sociais, além de biológicas e exatas", explica John.

Fazem parte também do acervo, junto à filмотeca, documentos que foram adquiridos dos Estados Unidos. "Procuramos cercar um tema específico que se refere às relações entre Estados Unidos e América Latina. Conseguimos documentos microfilmados sobre os arquivos da política externa norte-americana e estudos especiais da CIA", comenta John.

Além do professor John, um assistente técnico trabalha no Centro, auxiliando na realização dos projetos. Há também a colaboração esporádica de alguns professores que contribuem para a sua melhor organização.



Trabalhos mostram a Ecologia como ciência

O Departamento de Ecologia do Instituto de Biociências do campus de Rio Claro completa em maio deste ano dez anos de atividade e vem desenvolvendo, além de ensino e pesquisa, um trabalho significativo junto à comunidade, no sentido de esclarecer o verdadeiro enfoque e a importância da Ecologia enquanto ciência.

Dessa maneira, professores e alunos divulgam a idéia de que a Ecologia não é apenas um movimento de grupos organizados para impedir a matança indiscriminada de animais, a poluição da água e do ar ou a derrubada de árvores. "Estamos levando para as pessoas a idéia de que a Ecologia é uma ciência que trata das relações dos seres vivos — animais, bactérias, vegetais e fungos — com o meio ambiente", afirma Sâmia Maria Tauk, professora adjunta do Departamento.

Os serviços de extensão desenvolvidos junto à comunidade atingem desde uma única pessoa até indústrias, prefeituras, escolas e instituições diversas. Exemplo disso é o curso dedicado a professores de primeiro e segundo graus, ministrado em convênio com a CENP (Coordenação de Normas Pedagógicas) da Secretaria de Educação. O trabalho tem a duração de trinta horas e é dividido em aulas práticas e teóricas. O curso já foi ministrado em várias cidades do Estado de São Paulo e do sul de Minas Gerais, durante os últimos três anos. "Em cursos como esses é que percebemos como as pessoas se surpreendem com a amplitude do trabalho ecológico. Há outros exemplos, como aqueles que desenvolvemos sobre a relação das formigas com as infecções hospitalares ou mesmo o da resistência de microrganismos em locais públicos", explica Sâmia. "A desinformação faz com que muitas pessoas tentem resolver problemas ligados à nossa área procurando postos de saúde", exemplifica.

SETOR PRODUTIVO

O maior interesse pelo trabalho do Departamento vem do setor produtivo, principalmente de indústrias que precisam resolver problemas quanto ao tratamento de resíduos. Porém, muitas vezes a integração entre a empresa e a universidade acaba não se concretizando, em razão do imediatismo das empresas. Segundo Sâmia, "normalmente as indústrias esperam para resolver os problemas de poluição quando a situação já está insustentável. Uma pesquisa, porém, demanda tempo e é nesse ponto que se cria o descompasso".

Por outro lado, quando a relação entre a universidade e a sociedade — sejam indústrias, órgãos oficiais ou entidades civis — acontece, os resultados são benéficos para ambas as partes. A entidade tem a oportunidade de ver seu problema solucionado ou minimizado e o pesquisador pode desenvolver um trabalho utilizando-se basicamente de dados do meio ambiente. "Queremos fazer valer a nossa filosofia, que é também a filosofia da Universidade, de dar respostas competentes aos problemas da sociedade", comenta Sâmia. Além disso, essa integração propicia a participação dos alunos de graduação em estágios e bolsas de estudo, bem como o desenvolvimento de trabalhos de conclusão de curso. Atualmente, do total de 80 alunos, 15 estão participando de atividades de pesquisa.

VINHAÇA

Uma das pesquisas desenvolvidas pelo Departamento — "Efeito de doses cu-

mulativas de vinhaça em algumas propriedades do solo sob cerrado de culturas de milho e cana-de-açúcar" — foi resultado de um convênio entre o Instituto de Biociências e uma usina de açúcar e álcool da região de Rio Claro. A usina entrou com as terras — dez mil metros quadrados para o milho e 8,8 mil metros quadrados para a cana — além da manutenção, mão-de-obra e instalação do plantio. Ao Instituto coube realizar análises químicas, físicas e microbiológicas.

Os resultados provaram que a vinhaça pode ser um bom fertilizante se usado racionalmente. "As áreas de plantio não devem receber tratamento de vinhaça por mais de cinco anos consecutivos, obrigando a realização de rodízio. E este já tem sido o comportamento da usina", conta Sâmia.

VEGETAÇÃO URBANA

Outro trabalho desenvolvido, sob a responsabilidade do professor Felisberto Cavalheiro, agrônomo com doutorado em paisagismo na Alemanha, abrange um levantamento da vegetação de praças e ruas. Essa pesquisa tem por objetivo identificar as espécies nativas e exóticas da vegetação de uma cidade, procurando saber qual a sua interação com aves, insetos e pragas introduzidas na região. Pode-se ainda reconhecer o quanto da fauna nativa está sendo mantida pela vegetação urbana.

Esse estudo tem gerado muita motivação por parte dos próprios alunos, que procuram as prefeituras de suas cidades de origem para lá realizarem os levantamentos. Houve interesse por parte de diversas cidades, como Ribeirão Preto, Franco da Rocha, Campinas, Araraquara, Jaboticabal, Campos do Jordão, Rio Claro e São José dos Campos, onde as pesquisas já estão em andamento. "Com os resultados, as prefeituras podem ainda verificar o desaparecimento de áreas verdes e, o que chama mais a atenção, planejar novas áreas ou recuperar as danificadas", explica Felisberto. "A conscientização das autoridades e da população quanto a necessidade de preservar a vegetação e a fauna, além de criar espaços de vida mais dignos, é nosso objetivo máximo", conclui.

OUTRAS PESQUISAS

Diversas outras pesquisas são desenvolvidas e publicadas pelo Departamento, como trabalhos referentes à genética, evolução ecológica de abelhas e vespas, estudo de comunidades artrópodes e nematóides em diferentes ecossistemas. Há também estudos realizados no Maranhão e no Amazonas referentes à pesca e aos peixes e suas dinâmicas. Além desses, pode-se mencionar estudos florísticos e topográficos de estações ecológicas, controle biológico, pragas, agentes microbiológicos, entomopatogênicos, utilização de resíduos para a produção de adubos orgânicos e/ou proteína microbiana (estudo sobre a polpa de café realizado na Guatemala).

Independente da atividade de pesquisa, o Departamento auxilia prefeituras na fiscalização de serviços de jardinagem, presta apoio cultural a associações, além de orientar no planejamento de programas de arborização. Presta ainda consultoria para a Comissão de Pesca Continental para a América Latina (FAO/ONU) e atua na Estação Ecológica da Juréia, além de participar de projetos integrados junto à Coordenação de Monitoramento Ambiental da Sema e ao Projeto Rondon.



Os serviços do Departamento de Ecologia se desenvolvem tanto nos laboratórios como em logradouros públicos.

Programa de governo voltado à criança é tema de pesquisa

Quais os mecanismos de ação utilizados pelo poder público estadual e/ou municipal para suprir as necessidades da criança? O levantamento dessas informações é o objetivo da pesquisa "Política Social em Atendimento ao Menor na Região de Araraquara (1983-1986): Perfil do Investimento Público", que está sendo realizada pelo Departamento de Economia do Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação (ILCSE) - campus de Araraquara, mediante convênio assinado entre a UNESP e a Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo (SEP).

A pesquisa objetiva averiguar a capacidade financeira e gerencial das administrações públicas na região de Araraquara que, direta ou indiretamente, estiveram direcionadas ao investimento para a assistência ao menor (construção de escolas, organização de hortas para merenda, instalação de vacas mecânicas para produção de leite de soja, etc.).

Com isso, a pesquisa irá fornecer à Secretaria subsídios para a formulação e implementação de ações futuras, a curto prazo, relativos ao atendimento do público infantil, a partir da experiência de programas conduzidos no período de 1983 a 1986.

Esse projeto envolve quatro docentes do Departamento, dois auxiliares de pesquisa (ex-alunos) e oito estagiários (alunos do 3º ano). Para a professora Vera Mariza de Miranda Costa, "a importância do convênio é que essa atividade está viabilizando um trabalho conjunto de docentes e alunos, cruzando pesquisa, ensino e prestação de serviço por parte da Universidade". Ao lado disso, por exigência curricular, os alunos nos dois últimos anos do curso de Ciências Econômicas do ILCSE devem desenvolver estudos voltados para a análise das políticas públicas.

A pesquisa teve início em dezembro passado e já foram encaminhados dois relatórios para a Assessoria de Projetos Especiais da SEP, que irá repassar Cz\$1.371.390,00 ao Departamento para pagamento do pessoal envolvido, despesas com material, viagens à região etc.

OUTROS

A Universidade também firmou outros convênios: — Com o Ministério da Indústria e Comércio, através da Secretaria de Tecnologia Industrial, no sentido de viabilizar a dissemina-

ção de informações publicadas por ambas Instituições à comunidade acadêmica e aos interessados do setor produtivo (Biblioteca Central-Marília).

— Com a EMBRAPA, para a execução de projetos de pesquisa em conservação e caracterização de recursos genéticos vegetais e animais, visando a conjugação de recursos humanos, técnicos, materiais e financeiros. (Departamento de Genética do IB - Botucatu).

— Com a FINEP, que repassará Cz\$ 9.914.552,00 ao projeto "Implantação de Sistema de Análise e Planejamento Ambiental". (IGCE - Rio Claro).

— Com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas e Secretaria de Estado de Minas e Energia (MG) para o mesmo fim: colaboração técnico-científica no campo das ciências geológicas, abrangendo a área de aperfeiçoamento de recursos humanos e ensino, através da realização de cursos, palestras, estágios, publicações, atividades de pesquisa e projetos. (Departamento de Geologia Aplicada, Geologia Sedimentar e de Petrologia do IGCE - Rio Claro).

— Com o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME), para a criação e manutenção de um Centro Cooperante da Rede Brasileira de Informação na área de Ciências Biomédicas. (Biblioteca Central - Marília e Serviço de Biblioteca e Documentação - Botucatu).

— Com o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETPS), que tem como objetivo a participação didático-pedagógica no desenvolvimento do Plano de Obras da UNESP, possibilitando o estágio para alunos das diversas unidades de ambas Instituições.

— Com o Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural, para o intercâmbio de conhecimentos científicos e tecnológicos. (Departamento de Ciências Florestais da FCA - Botucatu).

— Com a PROSPEC S/A - Geologia, Prospecção e Aerofotogrametria, para propiciar estágios a estudantes (IPEA - Presidente Prudente).

— Com a Fundação Antônio Prudente, instituindo intercâmbio didático-científico com o curso de pós-graduação de Odontologia - área de concentração de Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo-Facial. (FO - Araçatuba).

O que a Constituição de um país como o Brasil, onde, por exemplo, o índice de analfabetismo é elevadíssimo, deveria contemplar em termos de Educação?

Acho que é preciso considerar que uma Constituição para o Brasil, no final do século XX, não pode ser neutra em relação à sociedade. Ela não pode se limitar a organizar os poderes públicos e deixar que a sociedade civil encontre o melhor caminho ou se perca ou vá se esvaír na hemorragia de uma guerra civil. Isso significa que uma Constituição só terá legitimidade, só terá apoio na consciência popular e só gozará de consenso de todas as classes e setores da população se for uma Constituição para o desenvolvimento. E desenvolvimento não significa apenas crescimento econômico, embora também o seja. Desenvolvimento é um processo de igualdade generalizada na sociedade — igualdade entre regiões, entre setores econômicos, entre classes sociais. E é isto que se chama democratização. Ora, a Educação é um fator fundamental de democratização. É, portanto, um fator chave no processo de desenvolvimento. A Constituição deve dirigir a tarefa educacional, que é um serviço público, para esse objetivo de desenvolvimento nacional. Já de início, se percebe, então, que uma Constituição não pode ser abster-se em matéria educacional. E não sendo abster-se, tratando-a positivamente, deve dar as bases para a transformação social por meio da Educação.

Quais seriam essas bases?

A meu ver, essas bases compreendem algumas exigências. Em primeiro lugar, o fato de que a Educação, como serviço público, não pode ser desvinculada de uma programação geral. O Plano Nacional de Educação nada mais é do que um dos capítulos desse Plano Nacional de Desenvolvimento e que deve ser elaborado, não dentro do Executivo ou do Legislativo — onde está sujeito a todas as pressões eleitorais conhecidas, de toda essa vasta rede de corrupção que gangrena o país — mas sim fora dessas instâncias, justamente num órgão público encarregado unicamente do planejamento.

Ele também não pode ser exclusivamente um documento burocrático. Tem que contar com a ativa participação popular na sua elaboração e, por isso, é preciso criar uma forma de participação e representação da sociedade que seja muito mais efetiva e concreta do que essa forma eleitoral, típica do Estado Liberal, em que cada pessoa tem um voto. É preciso que, na elaboração do Plano Nacional de Educação, participem os verdadeiros agentes da Educação: o corpo docente em todos os níveis, as regiões, de acordo com os seus problemas concretos, e também as associações civis, de famílias, de pessoas diretamente interessadas no desenvolvimento da Educação.

Em segundo lugar, é preciso, para que a Educação cumpra essa tarefa de ser fator de desenvolvimento da Nação, eliminar claramente a escola-empresa que surgiu no Brasil depois da Segunda Guerra Mundial e prosperou rapidamente. Até os anos 50, a Educação neste país era predominantemente privada, mas não dirigida ao lucro. A escola-empresa surgiu e prosperou devido a um acúmulo de circunstâncias. Um fator sociológico foi a crença generalizada da população de que só o sistema empresarial é eficiente. Outro fator, o político, foi a procura por parte dos partidos conservadores e das classes proprietárias de

manter um vínculo permanente com a formação da mentalidade dos jovens, e, coroando tudo isso, um fator financeiro, que se tornou muito claro, não só em razão do estabelecimento do chamado salário-educação, que deu origem a uma das maiores falcatruas deste país, mas também ao desvio de recursos do programa MEC-USAID. Em 1976, um relatório da agência norte-americana apontava desvios estonteantes de verbas que deveriam ser aplicadas no ensino público e eram cada vez mais investidas no ensino particular. Só no ensino superior, por exemplo, 40% dos recursos entregues pelo governo americano ao governo brasileiro foram desviados para entidades particulares. Assim, a abolição da escola-empresa, a meu ver, deveria ser uma condição sine qua non para se iniciar qualquer tipo de discussão séria sobre a transformação da Educação.

Em terceiro lugar, outra exigência fundamental para que a Educação possa ser fator chave de desenvolvimento é a gratuidade absoluta do ensino dos seis aos quatorze anos. Digo gratuidade absoluta porque deve incluir não apenas a isenção de pagamento de taxas escolares, quaisquer que elas sejam, como também o fornecimento gratuito de material escolar e de alimentação na escola primária. A gratuidade do ensino não significa, de modo algum, a estatalização do ensino. É preciso distinguir ambas as coisas. Eu entendo a escola como instituição de formação social, portanto, como agente de desenvolvimento, não podendo ser uniforme ou burocratizada. É preciso não só permitir, mas também estimular as experiências didáticas as mais diversas, desde que isso se faça no regime da gratuidade. Como é que se pode fazer isso? Existe, em Direito Público, o instituto da concessão administrativa. Admitindo-se que o ensino é uma função pública, um serviço público, o Estado — quando, por razões de conveniência ou quando não está aparelhado ou não acha de todo útil que os serviços públicos sejam desenvolvidos por órgãos públicos — pode dar a concessão do serviço público a particulares. Nesse regime de concessão, obviamente, o particular não tem direito adquirido; não é dono, não é proprietário daquela posição, daquela função. Ele deve, portanto, prestar contas e deve se submeter estritamente às orientações gerais da administração pública para receber dos cofres públicos, e não dos particulares, a remuneração necessária para o desenvolvimento dessas tarefas. Mas, dir-se-á, como é que isso pode ser feito? Quem teria interesse em desenvolver esses trabalhos se não for para obter lucro? É preciso, então, que a Constituição ponha claramente um obstáculo ao desenvolvimento da empresa-escola como a exigência de a escola privada só poder se organizar sob a forma de fundação ou de associação civil sem fins lucrativos.

Como é que se daria a passagem, em termos constitucionais, do atual sistema de escola-empresa para o de concessão?

Acho que ninguém pode ter direito adquirido a continuar exercendo essa atividade empresarial no campo da Educação. Pode-se dar um prazo exiguo para a transformação de todas as atuais escolas-empresas em associações civis ou fundações e, portanto, sem fins lucrativos. Não há necessidade de preocupação com o direito adquirido nesse particular, porque ele não existe contra o interesse público. Além disso, a Constituição cria uma ordem jurídica nova, sem vínculos necessários com a ordem jurídica anterior.

ENTREVISTA

Fábio Konder Comparato

A escola-empresa deve ser eliminada

O jurista Fábio Konder Comparato, conhecido por sua ativa militância e pela relevância de sua produção intelectual, diz não ter lido as propostas do Centrão e da Sistematização para a nova Constituição, que refletem, especialmente no que se refere às questões de ensino, a força do poder privado.

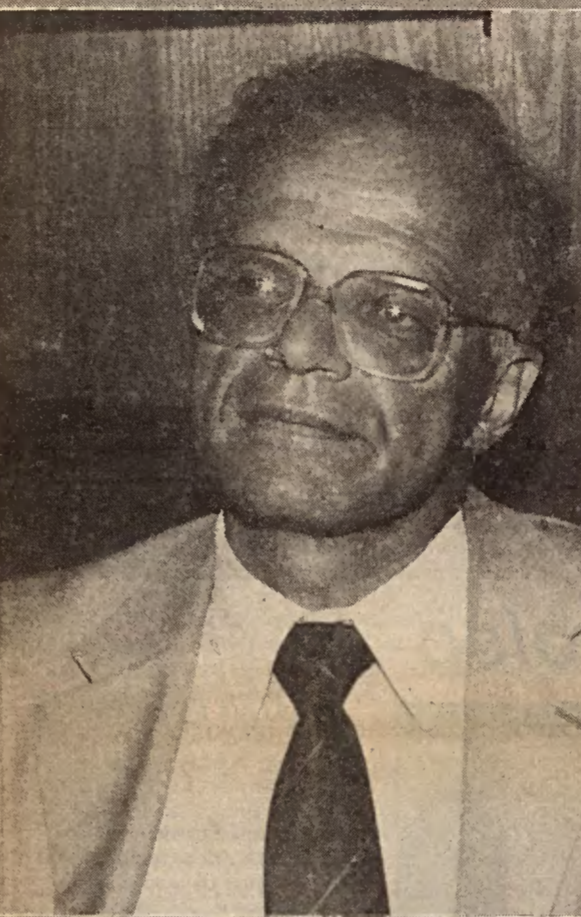
Apesar disso, e de desacreditar que a próxima Constituição será duradoura ou trará mudanças positivas para o país, o autor dos livros "Educação, Estado e Poder", e "Muda Brasil — Uma Constituição para o Desenvolvimento Democrático", pensa o assunto e propõe um modelo em que a Educação é tratada como um dos pilares para o desenvolvimento nacional. Para isso, sugere a elaboração de um Plano Nacional de Educação, que conte com a participação popular, especialmente daqueles diretamente envolvidos na questão, como docentes, associações civis, de famílias etc.

Mas, sua exigência maior é a eliminação da escola privada como está atualmente constituída, visando exclusivamente ao lucro. Na sua opinião, a Educação é um serviço público que só pode ser exercido por particulares mediante concessão desse direito pelo Estado a entidades sem fins lucrativos. Além disso, propõe a exigência de gratuidade absoluta do ensino, o que não significaria a sua "estatalização" ou "burocratização". Para ele, a escola deve estar aberta a novas experiências didáticas, desde que num regime de gratuidade.

Fábio Comparato, nesta entrevista, fala também das implicações das propostas em tramita-

ção com relação à universidade e conclui que a sua vinculação com o sistema produtivo, como propõe o Centrão, põe em risco o desenvolvimento da pesquisa pura que "só mesmo a universidade — e não a empresa — pode fazer".

Eu gostaria de insistir sobre o fato de que, num país como o Brasil, a gratuidade do ensino básico é fundamental, porque há um sofisma muito desenvolvido e que acabou sendo consagrado na atual Constituição, de que só deve gozar de isenção do pagamento de taxas escolares quem realmente prove não ter recursos para tanto. Este é um sistema sofismático, porque estabelece um jogo de tudo ou nada que não contribui, de forma alguma, para o processo de igualdade progressiva da sociedade. É óbvio que, entre aqueles que não têm recursos de forma alguma e aqueles que os têm abundantemente para comprar tudo — até e principalmente a consciência dos governantes — há uma gama muito variada de situações. Há, talvez, nesse intervalo, muito mais gente do que se pensa. Então, onde esses ficam? Eles vão pender para um lado ou para outro. Obviamente acabarão sendo empurrados para o lado daqueles que possuem recursos, porque a prova contrária é, em primeiro lugar, difícil, em segundo, humilhante. A maneira de



se igualar às possibilidades deve ser feita democraticamente pelo imposto, sobretudo pelo imposto de renda. A Educação, como serviço público deve ser custeada pelo imposto e é justamente na tributação que vão se estabelecer, naturalmente, essas diferenças de renda.

Entretanto, o que se vê nas propostas em tramitação no Congresso, especialmente no do Centrão, é que a escola particular ganha cada vez mais espaço, em função do seu agressivo lobby ao contrário do que se vê em termos de defesa do ensino público. Como o senhor vê essa situação?

Eu vejo exatamente como você a descreve. É uma desproporção muito grande de forças. Muito se criticou o estatalismo, o absolutismo público no Brasil. Evidentemente, foi uma campanha muito bem montada por gente que tem dinheiro e que sabe fazer campanha publicitária, mas, na verdade, pouco se disse dessa situação de extrema penúria em que se encontra o ensino público no país.

O que se põe em destaque são alguns casos aberrantes — mais como instituição do que como entidade de ensino superior — de ensino superior ineficiente e burocrático, absorvendo grande parte dos recursos da União. Mas tudo isso precisaria ainda ser melhor estudado. Em primeiro lugar, porque os recursos da União são canalizados, por força de uma longa tradição constitucional, sobretudo para as escolas superiores. Não se pode, portanto, analisar o orçamento da União como sendo a tradição completa da situação das finanças públicas no campo educacional.

Em segundo lugar, devo dizer que esta eficiência que se cobra das escolas superiores não é absolutamente cobrada das escolas secundárias privadas e isso porque imagina-se que a função da escola secundária privada seja apenas e tão somente a preparação ao vestibular. Num sistema voltado para o desenvolvimento nacional, a função da escola secundária não é preparar para o vestibular. Essa é uma de suas tarefas, mas talvez seja até a menor. Tudo isso mostra a extraordinária confusão em que se encontram os espíritos, alimentada e incentivada por objetivos políticos evidentes.

O senhor acredita que ainda é possível reverter esse processo?

Eu acho que é possível, mas não a curto prazo. Seria preciso, no entanto, tomar cuidado para não cair no extremo oposto, ou seja, defender a escola pública unitária, autoritária, rígida, sem nenhuma abertura para experiências educacionais. Mas, dito isso, parece que a reversão não vai se dar em pouco tempo. Aliás, os que mais atacam a escola pública são, em geral, os principais responsáveis pela sua redução a um estado de insolvência generalizada. Quer dizer, sob o pretexto de que a escola pública é ineficiente cortam-se as verbas e produz-se um círculo vicioso: a escola pública não recebe recursos porque é ineficiente e ela é ineficiente porque não recebe recursos.

Eu aproveito para dizer que, talvez pela primeira vez em nossa história, as classes dirigentes demonstram uma vocação irresistível ao suicídio. Em todas as outras fases da história brasileira, as classes dirigentes foram suficientemente hábeis para explorar o povo e manterem-se numa posição de predomínio até o ponto da ruptura. Hoje, eu não vejo esse instinto de autopreservação. É justamente por essa campanha contra a escola pública e contra a Educação de modo geral que se manifesta essa vocação ao suicídio. Eles — os empresários, os proprietários rurais, os capitalistas — não percebem que a falta de formação básica representa a proliferação de um "gado", que aí está ocupando o território nacional e que poderá ou se enfurecer ou morrer de peste generalizada. De qualquer forma não poderá nunca fazer funcionar com eficácia o sistema empresarial no qual eles estão apoiados. Em suma, as classes possuidoras neste país estão serrando o galho, aliás, frágil, no qual elas estão assentadas.

Como o senhor analisa as propostas da Comissão de Sistematização e do Centrão?

Devo dizer que não posso analisar porque não as conheço. E não as conheço, porque, deliberadamente, tomei o partido de não ler nada a esse respeito. O dia em que os senhores constituintes chegarem a um acordo e a Constituição for promulgada, então, por razões profissionais, vou ler para saber como se aplica o texto. Mas, agora, não tenho nenhum âni-

mo de ler coisa alguma neste particular. Aliás, não acredito que a Constituição a ser votada seja um documento duradouro. Ela foi concebida no pecado e, como todos sabem, o fruto do pecado é a morte.

Entretanto, pela primeira vez na história das Constituições brasileiras, ambas as propostas contemplam a universidade com um artigo exclusivo, mesmo que com enfoques diversos. A Sistematização propõe, por exemplo, a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão de serviços, além da garantia da qualidade. Já para o Centrão, a indissociabilidade se dá entre as três atividades e as atividades sociais e produtivas. Quais seriam as implicações desse texto?

Isso é bem o produto da cabeça empresarial dos membros do Centrão. O que eles querem, obviamente, é que a universidade seja uma extensão do sistema empresarial, ou melhor, uma criada do sistema empresarial. A mentalidade empresarial moderna dá muito mais valor aos empregados da empresa do que aos professores, sobretudo os professores públicos. Empregados da empresa são aqueles que trabalham sob suas ordens e, portanto, visam a um objetivo concreto. Já os professores são sempre elementos suspeitos, porque não trabalham para produzir no sentido de fabricar coisas ou distribuir mercadorias. Na minha opinião, a universidade não pode servir à empresa. Ela tem que servir ao país e, servindo ao país, vai servir indiretamente à empresa. Na concepção cretina dos nossos empresários, o que conta são apenas as pesquisas práticas dirigidas à solução de problemas concretos. Apesar de alguns empresários ostentarem títulos superiores, nunca lhes passou pela cabeça que uma pesquisa tecnológica só pode prosperar quando assentada numa larga formação e num largo esforço de pesquisa pura. Ora, quem é que vai desenvolver esse esforço de formação e de pesquisa pura? A empresa? Claro que não. Só mesmo a universidade.

Qual é a sua expectativa com relação à próxima Constituição, uma vez que não há nada que garanta, por exemplo, a eliminação da escola-empresa, a criação de formas diversas de representação e a garantia da gratuidade absoluta?

Minha expectativa é igual a zero e, nesse ponto, sou muito otimista, porque não desço para a graduação negativa. Não é menos um, nem menos dois, é igual a zero. Vai ser um documento indiferente.

O senhor acha que não haverá mudanças em termos de Educação?

Na melhor das hipóteses, a promulgação da nova Constituição não vai agravar a situação. Eu lembraria, a esse respeito, uma observação atribuída a George Clemenceau, que foi primeiro-ministro da França, durante a Primeira Guerra, que dizia que a guerra é um assunto por demais importante para ser entregue aos militares. Parafraseando esse pensamento, eu diria que a reorganização política e econômica do país é um assunto por demais importante para ser entregue aos políticos. A verdadeira solução constitucional passa pela progressiva participação popular, não só na elaboração da futura Carta Magna que necessariamente virá depois desta que está sendo votada, mas, também e sobretudo, no exercício efetivo do poder público em todos os setores. Esta é, a meu ver, a única perspectiva de solução para os males do país.

Editora Unesp propõe criação de livrarias

MARCO AURÉLIO NOGUEIRA

Com a criação e os passos iniciais da Editora UNESP, foram fixados os primeiros alicerces da atividade editorial em nossa Universidade. Trata-se agora de seguir em frente, consolidar o que já foi conquistado e ampliar o trabalho. Sobretudo, é hora de atacar firmemente o problema principal: o da distribuição.

Claro que outras questões estão a exigir soluções. É o caso, por exemplo, do atendimento à demanda de publicação por parte dos professores da UNESP, que desejam e precisam encontrar alternativas para ver editadas suas teses, dissertações e pesquisas. Mas a distribuição está no centro de tudo, inclusive porque por ela passam praticamente todas as demais questões. Não é outro, aliás, o gargalo da atividade editorial no Brasil, país dotado de menos livrarias do que a cidade de Paris. Pela distribuição passa grande parte do sucesso de uma editora. Em boa medida, o próprio preço do livro depende da sua colocação ao alcance do leitor: quanto mais pontos de venda existirem, menores serão os riscos de estoques parados, maiores poderão ser as tiragens e menores os custos de produção. E isso sem falar na evidente dimensão cultural do problema: as livrarias são pontos de encontro, funcionam como elos de ligação entre as editoras e o leitor, como espaços para a descoberta de novas idéias, etc.

Pois bem, postas as coisas nesses termos, fica fácil perceber quão precária é a situação da UNESP. Somos uma universidade com nítida implantação interiorana. E o interior pau-

lista, apesar de ser o segundo mercado consumidor do Brasil, é paupérrimo em livrarias; sequer as cidades da UNESP — ricas, dinâmicas, culturalmente arejadas — escapam dessa constatação. Nossos professores, funcionários e estudantes só muito precariamente conseguem ter acesso ao que é publicado. As poucas exceções só acontecem graças à iniciativa e à garra de estudantes que se tornaram livreiros, professores que compram e revendem livros, etc. Conseqüências: livros substituídos por apostilas, redução da informação cultural, empobrecimento bibliográfico, e assim por diante. Pior ainda: inexistindo mecanismos eficientes de distribuição e venda, a própria atividade editorial da universidade fica desestimulada e reprimida; afinal, se os livros e revistas não puderem chegar ao público e estar permanentemente ao alcance do público, talvez seja o caso de não serem editados, ou de serem editados apenas para atender a interesses bem específicos. Como se não bastasse, se o material publicado não circula, as próprias idéias ficam represadas e a crítica gravemente prejudicada.

O dramático disso tudo é que a comunidade unespiana tem hoje uma dimensão extraordinária: seus 20 mil integrantes diretos formam um fabuloso público potencial, capaz de justificar uma política editorial vigorosa e de despertar a atenção dos interessados em melhorar a difusão do livro no Brasil. Somos um universo e um espaço privilegiadíssimos para a atividade editorial e a comercialização do livro.

Foi pensando nisso que a Editora UNESP decidiu sair a campo com o intuito de buscar

soluções para o problema da distribuição e venda de livros em nossa Universidade. Claro que acima de tudo queremos encontrar alternativas para a difusão das publicações de nossa editora, dos departamentos e dos professores da UNESP. Mas a iniciativa tem que ser generosa e ampla, capaz de considerar todo o vasto problema do acesso ao livro. A idéia mais sedutora parece ser a da constituição de uma rede de livrarias em cada um de nossos campi. Aqui, tanto quanto possível, o trabalho poderia ser feito em colaboração com os livreiros, que funcionariam como agentes comerciais privados (autônomos portanto para definir suas prioridades e formas de atuação) e simultaneamente como vendedores das publicações da Editora UNESP. Nesse caso, os livreiros poderiam usufruir de uma infra-estrutura (instalações, energia elétrica, etc.) fornecida pela Universidade e, em contrapartida, reduziriam drasticamente sua margem de lucro na venda das publicações da UNESP, que com isso teriam seus preços bastante reduzidos. Outra alternativa seria a própria Universidade administrar inteiramente as livrarias, arcando com todos os encargos organizativos e correndo todos os riscos de burocratização, lentidão e ineficiência.

É uma idéia a ser discutida mais amplamente e a ser devidamente lapidada. Mas não parece difícil imaginar o impacto que tais "Livrarias do Campus" teriam sobre a vida universitária e sobre a própria vida das cidades, onde está implantada a UNESP, bem como sobre as relações inter-universitárias: nossas livrarias teriam tudo para cumprir um

grande e relevante papel cultural, como distribuidoras dos livros em geral e das publicações universitárias em particular.

Ao mesmo tempo em que apresenta tal idéia, a Editora UNESP inaugura desde já um serviço complementar, destinado a compensar um pouco a ausência dos postos de venda: o serviço de reembolso. Nesta página, os professores, estudantes e funcionários da UNESP encontrarão instruções para adquirir, por um preço em média 30% inferior ao do mercado, as publicações de nossa Editora. Trata-se de um serviço experimental (e algo "emergencial"), a ser aperfeiçoado na medida de seu êxito. Foi concebido para atender a interesses imediatos da comunidade unespiana e dar início à circulação das publicações da Universidade.

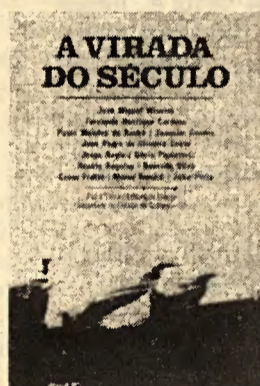
Estamos cientes de ser esse apenas um ponto de partida. O importante é que o exame do problema da distribuição do livro na UNESP seja rápida e amplamente iniciado. Não se justifica mais a falta de iniciativa nesse terreno. Que os setores e instâncias da Universidade, bem como seus órgãos dirigentes — Diretorias, Congregações, Departamentos e especialmente o Conselho Universitário — manifestem-se a respeito e deem sua colaboração. Da capacidade que tivermos de encaminhar soluções para esse problema dependerá muito o futuro da Editora UNESP e a atividade editorial entre nós.

Marco Aurélio Nogueira é professor do ILCSE/Araraquara e diretor de Publicações da Fundação para o Desenvolvimento da UNESP.

E inaugura serviço de reembolso



SARTRE NO BRASIL. A CONFERÊNCIA DE ARARAQUARA. Tradução e apresentação de Luis Roberto Salinas Fortes. Edição bilingüe. Texto mundialmente inédito, agora em segunda edição, reproduz a conferência de Jean-Paul Sartre proferida em 1960 na então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara. Constitui um exame precioso das relações entre o marxismo e o existencialismo. 103 páginas. Cz\$ 342,00. Preço Unesp: Cz\$ 230,00.



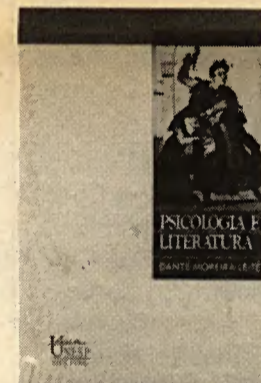
A VIRADA DO SÉCULO. Vários autores. Organização de Anna Carboncini. O futuro das artes plásticas, da música, da arquitetura, do urbanismo, da comunicação e da própria sociedade é o tema central desta coletânea, da qual participam renomados artistas e intelectuais brasileiros. 142 páginas. Cz\$ 447,00. Preço Unesp: Cz\$ 300,00.



O SABER MILITANTE. ENSAIOS SOBRE FLORESTAN FERNANDES. Vários autores. Organização de Maria Angela D'Incao. Reunindo as comunicações apresentadas em simpósio realizado na UNESP de Marília, o livro representa um esforço coletivo para avaliar a produção do maior sociólogo brasileiro, cuja obra é um marco em nossa historiografia. 324 páginas. Cz\$ 871,00. Preço Unesp: Cz\$ 600,00.

Enquanto é discutida a criação de livrarias ou postos de venda em nossa Universidade, os professores, estudantes e funcionários poderão adquirir por reembolso os livros publicados pela Editora UNESP. Há vantagens evidentes em tal serviço: o preço inferior, o acesso imediato ao que está sendo publicado, uma certa comodidade. Os livros solicitados serão entregues em curto espaço de tempo, nos respectivos departamentos e seções administrativas (seção de alunos, no caso dos estudantes), sem qualquer despesa extra. Para tanto, basta preencher o cupom, anexar um cheque com o valor correspondente e endereçar para a Editora UNESP (Fundação para o Desenvolvimento da UNESP: Av. Rio Branco, 1210 — Cep 01206, Campos Elíseos. São Paulo, SP).

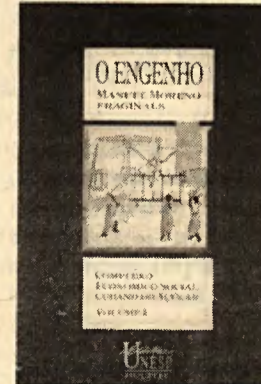
A comunidade será periodicamente informada a respeito dos novos lançamentos e das eventuais alterações de preço.



PSICOLOGIA E LITERATURA, de Dante Moreira Leite. Nesta obra aberta, ousada e nem por isso menos profunda e rigorosa, o autor cruza dois importantes domínios do conhecimento, na busca de respostas para problemas de grande significado humano. 256 páginas. Cz\$ 600,00. Preço Unesp: Cz\$ 420,00.



A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL NO SÉCULO XVIII, de Paul Mantoux. Referência obrigatória em qualquer estudo sobre o século XVIII e a história da indústria e do trabalho, este é um livro que teve e continuará tendo um papel fundamental nas discussões sobre a formação da sociedade moderna. 568 páginas. Cz\$ 2.600,00. Preço Unesp: Cz\$ 1.500,00.



Próximo lançamento (maio): **O ENGENHO. COMPLEXO ECONÔMICO-SOCIAL CUBANO DO AÇÚCAR,** de Manuel Moreno Fraginals. 410 páginas. Cz\$ 1.760,00. Preço Unesp: Cz\$ 1.200,00.

À FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA UNESP
Desejo receber os livros abaixo indicados:

Quantidade	Títulos	Cz\$ unitário	Cz\$ total
Total do pedido Cz\$			

Estou enviando cheque nominal para a Fundação para o Desenvolvimento da UNESP (Av. Rio Branco 1210, Cep 01206, São Paulo/SP. Tel.: 223-7088)

Cheque nº _____ Banco _____ Valor Cz\$ _____

Nome _____

Unidade universitária _____

Departamento/Seção _____



Iniciado o enquadramento dos servidores

A implantação do Plano de Reestruturação de Carreiras da UNESP já é uma realidade. Está em pleno desenvolvimento o processo de enquadramento propriamente dito dos aproximadamente 5.500 servidores técnico-administrativos da Universidade, que estão sendo convocados pelas Comissões Locais de Avaliação para fazerem sua opção.

Em função do contingente de servidores a serem avaliados, o plano foi dividido em duas etapas: a primeira, para um enquadramento inicial, quando serão consideradas as evoluções funcionais obtidas pelos servidores, mas tendo como limite percentual de variação o nível final da subclasse A da classe a que corresponder sua função; e uma segunda, para o enquadramento por mérito, quando serão considerados o desempenho e a qualificação profissional.

Para compreender melhor a proposta, convém lembrar que todas as funções técnico-administrativas foram divididas em três grandes grupos, segundo suas características: Apoio Administrativo, Apoio Operacional e Apoio ao Ensino e à Pesquisa. Para coordenar o trabalho de cada grupo, foram designadas duas Comissões Centrais, em nível de Reitoria, sendo uma para o Grupo de Apoio ao Ensino e à Pesquisa e outra para os Grupos de Apoio Administrativo e de Apoio Operacional. Além disso, foram designadas em cada Unidade duas Comissões Locais, no mesmo esquema das Centrais.

As funções foram divididas nesses três grupos e, como em cada um deles há atividades que exigem diferentes níveis de escolaridade, cada grupo foi dividido nas classes Básico, Médio e Superior. Dentro de cada uma dessas classes, há uma escala de subclasses que varia de acordo com o grau de complexidade e de experiência exigida e vai de A a E, conforme a classe e o grupo. (Veja a tabela 1). A cada uma dessas categorias correspondem os níveis que identificam a faixa salarial. (Veja os valores na tabela 2).

Nessa primeira fase do enquadramento, todos os servidores que optarem serão enquadrados na subclasse A da classe a que corresponder sua função, independentemente da avaliação por mérito, que será feita numa próxima etapa e permitirá a realocação nas subclasses seguintes (B, C, D etc.), de acordo com os critérios já estabelecidos pelas Comissões Centrais.

De qualquer maneira, haverá variação nos níveis dentro de cada subclasse. Por exemplo: um funcionário do grupo Administrativo de nível Médio, será enquadrado na TAM — A, mas seu nível salarial poderá variar entre 10 e 17, segundo seu "patrimônio", ou seja, as vantagens que conseguiu durante sua trajetória em função do sistema de pontos quanto à evolução funcional. Além disso, serão acrescidos ao valor do enquadramento outras vantagens como adicional por tempo de serviço, sexta—parte, salário família, salário esposa, pro-labore de caixa, adicional noturno, taxa de insalubridade e gratificação de representação, incorporada ou não, desde que sejam funções consideradas de confiança do reitor.

CÁLCULO DO ENQUADRAMENTO

Para se calcular o nível do enquadramento, há todo um processo. Para facilitar o entendimento de cada passo, tomemos como exemplo um servidor que, no Estado, está enquadrado no padrão 31-A-3-I, cujo salário base é de Cz\$ 23.365,67, onde já estão incluídos dois quinquênios, portanto duas referências por tempo de serviço. Além disso, ele recebe uma gratificação do governador de Cz\$ 2.660,94 e RAA incorporado de Cz\$ 8.675,54. No total, seu salário é de Cz\$



Reunião da Comissão Central do Grupo de Apoio Administrativo e de Apoio Operacional

34.702,15, em valores de dezembro de 1987, pois é essa data base para cálculo do enquadramento.

A primeira coisa a fazer, então, é deduzir de sua referência no Estado (31) o número de referências de adicionais por tempo de serviço. As referências em decorrência dos pontos de avaliação serão mantidas. No caso, com dois quinquênios, devem ser deduzidos duas referências: $31 - 2 = 29$.

A referência 29 na tabela do Estado equivale a Cz\$ 21.193,35. É esse valor que deve ser considerado. A ele, então, deve ser adicionado o valor da gratificação do governador: $Cz\$ 21.193,35 + Cz\$ 2.660,94 = 23.854,29$.

O valor obtido deve ser dividido pelo valor

do piso previsto para a classe da carreira em que o servidor será enquadrado. Os pisos previstos para cada classe são:

Básico — Cz\$ 4.794,92

Médio — Cz\$ 6.273,66

Superior — Cz\$ 12.855,32

No caso do servidor deste exemplo, sua função é da classe Superior. Portanto, deve-se dividir Cz\$ 23.854,29 por Cz\$ 12.855,32. Do índice encontrado (1,8555), deve-se reduzir 1 e multiplicar o resultado por 100: $1,8555 - 1 = 0,8555 \times 100 = 85,55\%$.

O resultado corresponderá ao percentual a ser comparado com a tabela 3. No caso, o índice correspondente (7) representa o número de níveis que devem ser adicionados ao nível

inicial de sua subclasse. Assim, como o nível inicial da subclasse A, do grupo TAS, é 24, somados mais sete níveis, esse servidor vai para o nível 31, que equivale a Cz\$ 33.234,32.

Sobre esse valor será calculado o adicional por tempo de serviço que, no caso, são dois quinquênios:

$$Cz\$ 33.234,32 \times 10,25\% = Cz\$ 3.406,51$$

Esse valor, acrescido ao do enquadramento, totalizará Cz\$ 36.640,83, que passa a ser o salário do servidor a partir de dezembro de 87. O ganho real deste servidor é, com relação ao Estado, de Cz\$ 1.938,68. E isso em dezembro, porque a partir de janeiro de 88, a tabela da carreira teve um reajuste de 100%, enquanto que no Estado foi só de 70%. A partir de janeiro, pelo Estado, esse servidor passa a ganhar Cz\$ 58.993,26, enquanto que pela carreira seu salário sobe para Cz\$ 73.281,75, com um ganho real de Cz\$ 14.288,09. Além disso, ele deixará de cumprir a jornada de RAA.

Caso ele fizesse jus à sexta—parte, esse valor também seria recalculado com base no novo enquadramento e acrescido, como também são acrescidas outras vantagens: salário família, salário esposa, pro-labore de caixa, gratificação de representação (cargos considerados de confiança do reitor), adicional noturno, taxa de insalubridade e adicional de insalubridade.

ADICIONAL DE FUNÇÃO

O adicional de função corresponde à diferença entre o valor fixado para o nível de enquadramento no plano de carreira e o valor da somatória do salário base e vantagens pecuniárias percebidos pelo servidor na situação atual. Entretanto, esse valor, no demonstrativo para efeito de opção, não será igual ao ganho real, podendo até aparecer como negativo, por uma questão de disposição dos elementos, o que não ocorre no demonstrativo de pagamento, onde o adicional é igual ou maior que zero. Além disso, enquanto a PRODESP providencia a adequação do programa da folha de pagamento à nova sistemática da carreira, durante a implantação inicial, o adicional aparecerá no demonstrativo de pagamento de outra forma. De qualquer modo, o que importa é que no total o salário a ser percebido pelo servidor optante é aquele determinado pelo enquadramento.

OPÇÃO

Todos os servidores estão sendo convocados pela respectiva Comissão Local de sua unidade para optarem ou não pelo plano de carreira a partir da análise de sua situação no enquadramento. A opção não implica em alteração do regime jurídico ou da forma de provimento, ou seja, celetista continua celetista e temporário continua temporário. A opção, entretanto, é irrevogável, o que significa que o servidor optante permanecerá na carreira. Mas, como o adicional de função é um valor flexível, o servidor autárquico nunca terá prejuízo em relação ao Estado, uma vez que o retorno à situação anterior é automático, o que não acontece com o celetista.

O prazo para opção inicial é de trinta dias a contar da data em que tomar conhecimento da nova situação. Aos não optantes nessa ocasião, fica aberta a possibilidade de opção após o enquadramento por mérito.

DIFERENÇA SALARIAL

Para os servidores que fizerem a opção pela carreira, as diferenças salariais devidas a partir de dezembro de 87 serão pagas em folha suplementar ou em folha normal de pagamento de acordo com a data em que optarem.

TABELA 1

GRUPO DE APOIO ADMINISTRATIVO			
GRUPO	CLASSE	SUBCLASSE	NÍVEL Inicial Final
TAB	básico	A	1 6
		B	6 12
		C	11 16
		D	16 20
TAM	médio	A	10 17
		B	15 21
		C	20 25
		D	25 29
		E	30 33
TAS	superior	A	24 31
		B	29 35
		C	34 39
		D	39 43
GRUPO DE APOIO OPERACIONAL			
GRUPO	CLASSE	SUBCLASSE	NÍVEL Inicial Final
TOB	básico	A	1 8
		B	6 12
		C	11 16
		D	16 20
TOM	médio	A	10 17
		B	15 21
		C	20 25
		D	25 29
		E	30 33
TOS	superior	A	24 31
		B	29 35
		C	34 39
		D	39 43
GRUPO DE APOIO AO ENSINO E À PESQUISA			
GRUPO	CLASSE	SUBCLASSE	NÍVEL Inicial Final
TEB	básico	A	1 6
		B	6 12
		C	11 16
TEM	médio	A	10 17
		B	15 21
		C	20 25
		D	25 29
TES	superior	A	24 31
		B	29 35
		C	34 39
		D	39 43

TABELA 2

1	7.689,67
2	8.074,15
3	8.477,86
4	8.901,75
5	9.346,84
6	9.814,18
7	10.304,89
8	10.820,13
9	11.361,14
10	11.929,20
11	12.525,66
12	13.151,94
13	13.809,54
14	14.500,02
15	15.225,02
16	15.986,27
17	16.785,58
18	17.624,86
19	18.506,10
20	19.431,41
21	20.402,98
22	21.423,13
23	22.494,29
24	23.619,00
25	24.799,95
26	26.039,95
27	27.341,95
28	28.709,05
29	30.144,50
30	31.651,73
31	33.234,32
32	34.896,04
33	36.640,83
34	38.472,88
35	40.396,52
36	42.416,35
37	44.537,17
38	46.764,03
39	49.102,23
40	51.557,34
41	54.135,21
42	56.841,97
43	59.684,07

Escala salarial em 1/12/87, alterada, a partir de 1/01/88, pela Resolução UNESP n.º 10, de 03/03/88.

TABELA 3

0 a	4,99%	=	0
5% a	9,99%	=	1
10% a	14,99%	=	2
15% a	19,99%	=	3
20% a	24,99%	=	4
25% a	29,99%	=	5
30% a	34,99%	=	6
35% em diante		=	7

Alunos carentes receberão bolsa moradia

Com o objetivo de solucionar, a curto prazo, o problema de manutenção e de moradia dos alunos carentes da Universidade, a Reitoria alterou, neste início de ano letivo, o seu programa de bolsas de estudos. Mediante levantamentos realizados pela Coordenadoria de Assistência ao Estudante (CAE), foi inaugurada uma nova modalidade de auxílio, a Bolsa de Estudos e Moradia — com valor mensal de Cz\$ 8.458,00 —, além de se ter promovido um substancial aumento no valor da Bolsa de Estudos, que passou de Cz\$ 1.636,54 (valor médio) no ano passado para Cz\$ 5.382,00.

A alteração representa mais um avanço na política de bolsas na UNESP. Até 1984, a Reitoria concedia bolsas mas os alunos tinham de devolver o dinheiro, acrescido de juros, depois da formatura. Em 1985, o sistema de reembolso foi extinto pelo reitor Jorge Nagle. Ao mesmo tempo, iniciou-se um processo de aumento no número de alunos contemplados: em 1984 eram 177 alunos, número que subiu para 283 em 1985 e que saltou para 350 no ano seguinte; já em 1987, o total de alunos contemplados chegou a 550. Neste ano, a CAE selecionou 650 alunos, sendo que 250 receberão a bolsa de estudos e 400 a que inclui moradia. Em relação ao valor médio da bolsa do ano passado, os aumentos são de 229% e 417%.

DEFINIÇÃO

A criação de uma nova modalidade de bolsa para alunos carentes se deve, fundamentalmente, ao reconhecimento, pela atual reitoria, do problema da moradia estudantil. Ou seja, a questão sempre foi discutida mas nunca houve uma medida efetiva buscando a sua solução. “No momento em que começamos a construir novos prédios e a recuperar os já existentes, a Universidade deu prioridade para obras que atendessem as atividades de ensino e de pesquisa”, observa o reitor Jorge Nagle. Mesmo considerando que ainda há carências nesses setores, ele acredita que chegou o momento de a Universidade tentar resolver o problema da moradia, ressaltando, no entanto, “que a solução que é considerada a melhor — a construção de alojamentos — não se torna viável a curto prazo”. “Para que não passemos mais um ano sem atender os alunos que necessitam de auxílio para dar continuidade aos seus estudos, resolvemos criar a bolsa moradia, o que não elimina a possibilidade de alojamentos virem a ser construídos”, afirma Nagle.

Além disso, os levantamentos realizados



Edy Montenegro, coordenadora da CAE

pela CAE nas cidades onde há Unidades indicaram que o problema não é propriamente da falta de casas para serem alugadas mas sim do alto preço dos aluguéis, informa a professora Edy de Lello Montenegro, responsável pela Coordenadoria.

Os levantamentos promovidos pela CAE indicaram ainda que entre os alunos carentes há duas situações distintas. Numa, estão os que residem com a família na própria cidade onde estudam ou em uma cidade bastante próxima. Estes não têm problema de moradia mas sim de manutenção (compra de livros, alimentação, transporte etc.); recebem, portanto, a Bolsa de Estudos. Na outra situação, estão os que têm residência familiar muito distante da cidade onde há Unidade da UNESP e, assim, necessitam de auxílio tanto para manutenção quanto para moradia. É o caso de Adriana Lúcia Lázaro de Oliveira, aluna do 3º ano do curso de Odontologia do campus de Araraquara, cuja família mora em Pirassununga. “Já havia pensado em trancar matrícula ou largar o curso de uma vez”, desabafa Adriana. Com a bolsa de Cz\$ 8.458,00, ela contabiliza uma parte para o

aluguel (Cz\$ 15.800,00 divididos com outras quatro colegas) e o restante para a compra do instrumental odontológico que necessita para atuar nas aulas práticas.

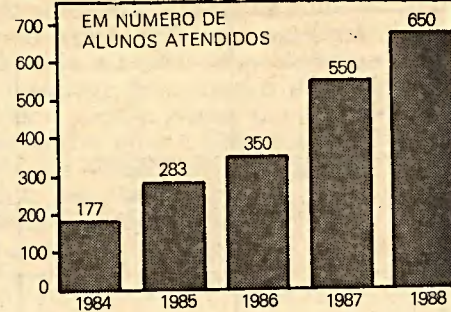
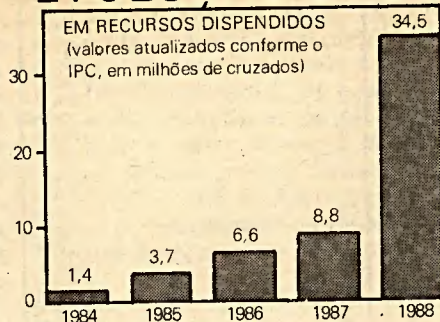
Eunice Ribeiro, do curso de Educação Física do campus de Rio Claro, espera que a nova bolsa dê para pagar o aluguel e também para minimizar os problemas com alimentação e transporte.

Os critérios para concessão das bolsas continuam os mesmos: rendimento escolar e comprovação do estado de carência financeira. Atestado de matrícula, histórico escolar, comprovantes da situação financeira do aluno e/ou de quem dependa são os documentos básicos, entregues na Unidade onde é feita uma seleção inicial dos alunos que devem receber bolsa. Os documentos são posteriormente enviados para a CAE, na Reitoria, onde é feita a seleção final considerando os pedidos de toda a Universidade e a disponibilidade de recursos. A bolsa é concedida durante dez meses do ano (março a dezembro) e a renovação para o ano seguinte depende de uma nova avaliação da situação do aluno, quer do ponto de vista do desempenho escolar, quer do financeiro.

OUTRAS

A Reitoria, através da Coordenadoria de Assistência ao Estudante, concede ainda outras três modalidades de bolsas. Entre os alunos do quinto ano dos cursos de Medicina Veterinária (FMVZ — Botucatu e FCAV — Jaboticabal) que exercem o estágio curricular obrigatório, 67 deles receberão bolsas mensais de Cz\$ 8.458,00 neste ano. Essa mesma remuneração terão os dez alunos do Instituto de Artes do Planalto que são regentes dos corais da UNESP no Interior. A bolsa para os cinco regentes dos coros da Capital e para os alunos que fazem parte do Programa de Monitoria é de Cz\$ 5.382,00.

EVOLUÇÃO DAS BOLSAS DE ESTUDO



Diretório Acadêmico da FO decide pôr um fim ao trote

Com o objetivo de abolir o tradicional “trote”, sempre aberto à ocorrência de incidentes, o Diretório Acadêmico da Faculdade de Odontologia (FO), do campus de Araraquara, promoveu, neste ano, uma recepção diferente aos seus calouros, através de uma programação cultural que contou com a participação dos alunos de todas as séries do curso.

No dia 7 de março, à tarde, promoveu um encontro para divulgação de informações básicas sobre a Faculdade e sobre as atividades realizadas pelo próprio Diretório. À noite, em clima de confraternização, houve um show musical, no auditório da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, com apresentação de violão, cavaquinho, piano, coral e canto.

A partir dessa iniciativa, o atual presidente do D.A., Marcelo José Macedo, pretende incentivar a realização de outras atividades culturais e musicais na Faculdade, inclusive através da reativação do “Coral da Odonto”.

Autorizado o funcionamento de mais dois cursos de pós

O Conselho Universitário, na reunião de 24 de março, aprovou o funcionamento “interna corporis” de dois novos cursos de pós-graduação em unidades que atuavam apenas em nível de graduação. Um deles é o de Educação, área de concentração em “Ensino na Educação Brasileira”, na Faculdade de Educação, Filosofia, Ciências Sociais e da Documentação do campus de Marília. A criação desse curso não esbarra em dificuldades quanto ao espaço físico já que a Faculdade dispõe de salas de aula em número adequado. Além disso, possui um satisfatório acervo bibliográfico.

Também foi aprovado o curso de Odontologia, área de concentração em “Prótese Buco-Maxilo-Facial”, na Faculdade de Odontologia do campus de São José dos Campos. O curso vem suprir a falta de pessoal especializado na área de atendimento a pacientes portadores de grandes mutilações, sendo um complemento importante para a cirurgia plástica. Ambos os cursos são em nível de mestrado.

Odontologia Social divulga suas atividades extra-muro

O Departamento de Odontologia Social, disciplina de Odontologia Preventiva e Sanitária, da Faculdade de Odontologia do campus de Araraquara, publicou o relatório das atividades extra-muro referentes a 1987. As atividades constam do Programa de Saúde Oral Prioritária (PROSOP) e visam a prestação de serviços a escolares e a população carente quanto ao ensino e à motivação das pessoas para técnicas de prevenção das doenças bucais.

O Serviço Odontológico Rural, realizado em Araraquara — distrito de Santo Antonio de Aracanguá e patrimônio de Major Prado — e em Braúna — posto indígena de Icatu — efetuou 953 atendimentos em 276 horas de trabalho. Já os atendimentos prestados na zona urbana pelo Serviço Odontológico Assistencial somaram 2846, em 860 horas, atingindo principalmente entidades ligadas a menores. O custo desses serviços, se comparado ao dos prestados por profissionais, de acordo com tabela do INAMPS, proporcionaram uma economia de cerca de Cz\$ 6 milhões.

Agenda

ARAÇATUBA

- 4/4 a 3/6. Campanha Regional de Higiene Bucal na FO. Promoção do departamento de Odontologia Social.

ARARAQUARA

- 3 a 29/4. Semana de Apoio à Causa Indígena no ILCSE. Promoção do departamento de Antropologia, Política e Filosofia.
- 11 a 14/4. II Jornada “Saúde e Educação”. Promoção de Unidade Auxiliar — CEAO “Dante Moreira Leite” do ILCSE.
- 11 a 15/4. IV Semana de Estudos da Ciência dos Alimentos na FCF. Promoção do departamento de Alimentos e Nutrição.
- 11 a 15/4. “A Escravidão e a Questão Racial” no ILCSE. Promoção do departamento de Sociologia.
- 12 a 15/4. Curso de Extensão Universitária: Estudo sobre Psicofarmacologia. Promoção dos estagiários da disciplina de Farmacologia do departamento de Princípios Ativos Naturais e Toxicologia da FCF.
- 19/4. “Mito e Ideologia” no ILCSE. Promoção do departamento de Antropologia, Política e Filosofia.
- 25 a 28/4. “Crise: Dessacralização e Transgressão” no ILCSE. Promoção do mesmo departamento acima.
- 28 a 29/4. “Conjuntura e Momento Econômico”. Promoção do Centro de Pesquisas e Estudos Econômicos — CEPEC do ILCSE.
- 29 a 30/4. Pré-jornada farmacêutica com cursos sobre alimentos, nutrição e esportes na FCF. Promoção do Centro Acadêmico de Ciências Farmacêuticas (CACIF) e do departamento de Alimentos, Nutrição e Esportes.

ASSIS

- 5 a 7/4. “1888-1988 — 100 anos de Trabalho Livre” no IHP. Promoção do departamento de História.
- 7/4. Concerto: Trio São Paulo — Marina Brandão, Doris Soares e Paulo Tacetti. Promoção do departamento de Educação do Instituto.

BOTUCATU

- 4/4. Recital de Piano MPB.
- 9/4. Orquestra e Coral.
- 20/4. Recital de Flauta e Violão.
- 23/4. Conjunto de Sinos.

Os eventos acima serão realizados no IB, promovidos pela Comissão Setorial de Atividades Culturais — CSAC.

- 28/4. Reunião de estudos sobre Eletrofisiologia, Transporte e Antagonismo do Cálcio na FM. Promoção do Grupo Acadêmico de Hipertensão.

FRANCA

- 4 a 6/4. Debate na FHDSS: “A Construção do Cinema”. Promoção do departamento de História Social, Política e Econômica.
- 4 a 8/4. Ciclos de Cinema — Movimento Operário Anarquista/Facismo na Faculdade. Promoção do Centro de Estudos de História “Gabriel Roy”.

ILHA SOLTEIRA

- 8/4. Apresentação do Grupo “Uns e outros” na FE. Promoção do Diretório Acadêmico XI de Abril.

JABOTICABAL

- 12 a 14/4. Encontro sobre Recursos Genéticos na FCAV. Promoção da Diretoria, CENARGEN, EMBRAPA, FUNEP de Jaboticabal, sob a coordenação dos professores Juan Ayala Asuna e Samira de Araújo.
- 20 a 23/4. Reunião de Atualização em Técnicas de Inseminação Artificial em Aves na Faculdade. Promoção do departamento de Melhoramento, Nutrição Animal e Reprodução Animal do Centro de Atividades Culturais e da FAPESP.

MARÍLIA

- 5/4 e 8/7. CEABE — Curso de Especialização em Administração de Bibliotecas Públicas e Escolares na FEPCSD. Promoção do departamento de Biblioteconomia, FEBAB e Instituto Nacional do Livro.
- 29 a 30/4. Encontro de Professores de Biblioteconomia e Ciências da Informação. Promoção do departamento de Biblioteconomia e Documentação da Faculdade.

PRESIDENTE PRUDENTE

- 14 a 16/4. I Encontro de Professores de Matemática de 1º e 2º graus do Oeste Paulista no IPEA. Promoção do departamento de Matemática e Educação.
- 15/4 a 15/5. Ciclo de Conferência sobre a América Latina no Instituto. Promoção do departamento de Matemática.
- 16 a 24/4. Semana do Índio, com palestras e exposição. Tema principal: “Os Índios e a civilização”. Promoção do departamento de Planejamento do IPEA.

RIO CLARO

- 11 a 15/4. Educação Física e Sociedade no IB. Promoção do departamento de Educação Física.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

- 14/4 a 16/6. A Gramática no Ensino de Português no IBILCE. Promoção do departamento de Letras Vernáculas.
- 19 a 22/4. II Semana de Apoio à Causa Indígena. Promoção do C.E. de Biologia do Instituto.
- 27 a 30/4. IX Seminário Regional de Literatura. Promoção do departamento de Letras Vernáculas e Teoria Linguística e Literária no IBILCE.

SÃO PAULO

- 4/4 a 4/5. Arte Indígena Brasileira — Pesquisa e aproveitamento temático no IAP. Promoção do departamento de Expressão e Comunicação.
- 25/4. Encontro com o Ritmo e o Som de Nossos Jovens: palestra ilustrada a cargo de Richard Frazer e Fernando Iazzeta. Trata-se do primeiro dos oito Encontros Musicais, organizados pela professora Maria de Lourdes Sekelf.

Plano prevê criação de 'núcleos dedicados'

O Plano Diretor de Informática da UNESP continua dando mostras de seu dinamismo e de sua busca constante por aperfeiçoamento e adequação à realidade da Universidade. Tendo apenas concluído a implantação de sua primeira fase com a instalação dos primeiros pólos computacionais, já começa a prever a criação de um novo tipo de instalação destinada ao atendimento das necessidades computacionais de órgãos cujas características são bastante específicas, como o Centro de Atendimento Odontológico a Excepcionais (CAOE), unidade auxiliar instalada na Faculdade de Odontologia, do campus de Araçatuba, e o Hospital Veterinário, da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, do campus de Botucatu, que já se utilizam de computadores para desenvolvimento de suas tarefas.

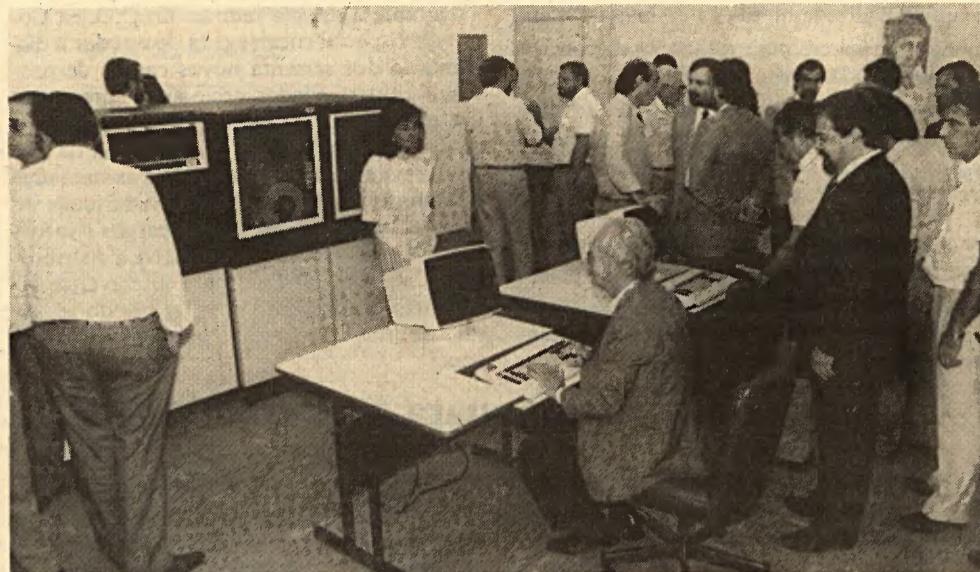
A idéia é se criar núcleos de processamento de dados "dedicados" ou "especializados" nesses locais e em outros onde se faça necessária uma estrutura de informática especial, informou o presidente da Comissão Supervisora de Informática, professor Maximilian Emil Hehl, por ocasião da inauguração da Unidade de Processamento de Dados do campus de São José do Rio Preto, no dia 17 de março. Mesmo sem ter definida a estrutura de hardware e software, ou mesmo a nomenclatura que os possíveis núcleos terão, o presidente da Comissão explicou que já estão sendo iniciados estudos para sua definição e criação.

Para se ter uma idéia da especificidade deste novo tipo de núcleo computacional, vale lembrar o exemplo do CAOE de Araçatuba, onde as informações — de caráter médico, psicológico, social e odontológico — dos mais de 500 pacientes atualmente em tratamento, são todas armazenadas em um microcomputador. Com o aumento constante do número de pacientes, a estrutura de informática existente começa a exigir ampliações.

CONTINUIDADE

Paralelamente ao início dos estudos para criação dos núcleos dedicados ou especializados, já se inicia a segunda etapa do Plano, que prevê a implantação dos Núcleos de Processamento de Dados (NPD) nos campus de Araçatuba, Assis, Franca, Marília, Presidente Prudente, São José dos Campos e São Paulo (IAP). Segundo a Comissão Supervisora, a previsão é de que, até o final deste semestre, essas Unidades sejam contempladas com a implantação dos Núcleos cuja configuração básica será de um sistema de microcomputadores tipo PCXT completamente equipados.

A Comissão já está estudando a viabilidade de aquisição de mais dois sistemas de superminis, iguais aos que dotaram as Unidades de Processamento de Dados (UPD). Um será para Rubião Júnior, em Botucatu, e outro para Presidente Prudente que, com o andamento do projeto, evidenciaram uma demanda de equipamentos de maior porte que o previsto no levantamento inicial.



O vice-reitor Paulo Landim inaugura UPD em São José do Rio Preto

INAUGURAÇÃO DAS UPD

Concluindo a primeira etapa do Plano Diretor de Informática, começam a ser inauguradas as Unidades de Processamento de Dados da UNESP, contempladas nessa fase do projeto. A primeira, realizada no dia 17 de março, foi a da UPD de São José do Rio Preto e representou não apenas uma inauguração local, mas a consolidação da informática na Universidade. No dia 21, foi a vez da

UPD de Rio Claro.

As duas unidades receberam um CPU com 2 megabytes de memória principal, duas unidades de discos magnéticos removíveis com 315 megabytes de capacidade de armazenamento, duas unidades de fitas magnéticas com velocidade de transferência de 72 kilobytes/segundo e uma impressora com velocidade de impressão de 600 linhas por minuto, além de terminais de vídeo simples, teletipos e terminais inteligentes.

ILHP implanta sistema de matrículas por computador

O Instituto de Letras, História e Psicologia (ILHP), do campus de Assis, deu um passo decisivo para sua informatização. No início deste ano, realizou as matrículas de todos os seus 1.000 alunos pelo computador. O sistema, desenvolvido e implantado pela Coordenadoria Geral de Informática, trouxe ainda outros "subprodutos" — como se diz na linguagem de informática — como a emissão da lista de chamada e das carteirinhas de identificação dos estudantes, além da lista de alunos com relação das disciplinas em que estão matriculados e do cadastro dos alunos para utilização da biblioteca.

"A implantação do sistema reduziu o trabalho em cerca de dois meses, agilizando principalmente a entrega das listas de presença aos professores", afirma o vice-diretor do Instituto, professor Fernando Antônio Cazarini, responsável pela iniciativa e desenvolvimento do programa. "Antes, as listas só ficavam prontas em maio, o mesmo acontecendo com as carteirinhas", lembra.

Para a diretora acadêmica em exercício, Aparecida Carlos Carricondo, a idéia de informatizar as matrículas "foi ótima", pois "facilita muito o nosso trabalho", afirma. Ela diz que depois de efetuadas as matrículas, era preciso fazer a separação de cada aluno por disciplina, e ainda colocar em ordem alfabética, para, só então, montar as listas e os mapas de presença. Sílvia Piedade Barros Alves, oficial de administração responsável pelo controle de frequência, acrescenta que além das cadernetas, a listagem está sendo utilizada para montagem dos mapas de frequência. Sua proposta é de que outros tipos de serviços da Seção de Graduação sejam também informatizados, como os pedidos de transferência, mudança de turno, solicitação de bolsas etc.

A biblioteca do Instituto foi também beneficiada com o programa do computador. Acácio José Santa Rosa, bibliotecário chefe, conta que os alunos, até o ano passado, eram matriculados na biblioteca através do preenchimento de um cartão de identificação espe-

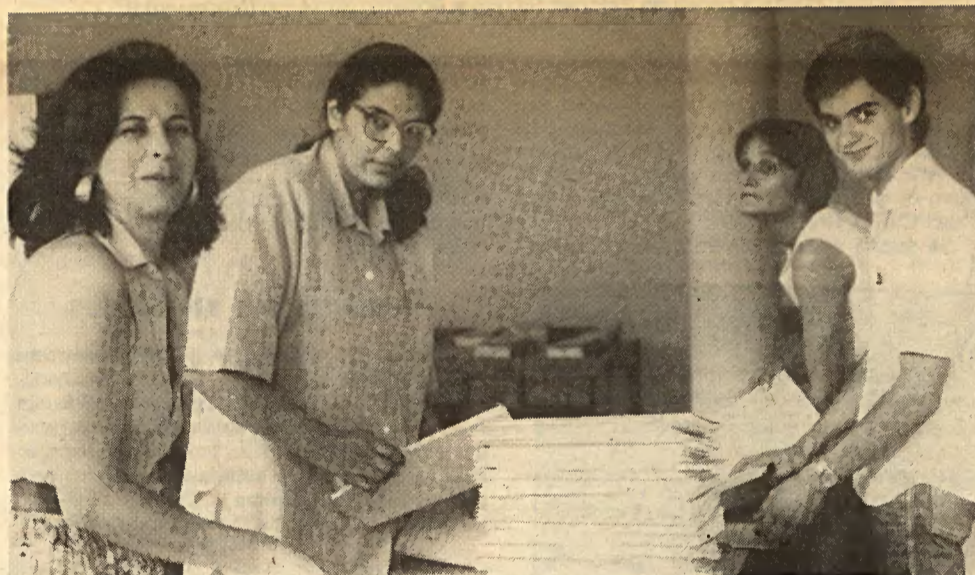
cífico. "Agora — explica — são emitidos pelo computador e, logo no início do ano, todos os alunos puderam ter a sua carteirinha a disposição para poder consultar e retirar livros." A biblioteca do ILHP, só em 87, teve um movimento total de 22.546 empréstimos.

REGISTRO ACADÊMICO

A realização das matrículas do ILHP pelo computador tem uma importância ainda maior do que a que se insere no contexto local de racionalização e agilização dos trabalhos. Além de representar o início da informatização do Instituto, abre o caminho para outras Unidades que se encontram também num estágio inicial em termos de informática, especialmente as da área de Humanas, que ainda pouco utilizam o computador em suas atividades. Outro aspecto é que "o passo dado pelo Instituto também representa uma experiência fundamental para a expansão da informatização do registro acadêmico da UNESP", afirma Paulo Moraes, diretor da Coordenadoria Geral de Informática, órgão responsável pela realização do programa.

Segundo o diretor, a informatização da administração da Universidade divide-se em várias frentes: a administração de pessoal (docente e técnico-administrativo), a administração orçamentária, financeira e contábil, a administração de serviços auxiliares (protocolo, compras etc.) e a administração do registro acadêmico, que inclui o controle de cursos e disciplinas, o cadastro de alunos, as matrículas e o histórico escolar, e seus diversos subprodutos, como a lista de presença, emissão de carteirinhas etc.

"Nesta área — explica Paulo Moraes — a UNESP ainda está desinformatizada, salvo algumas exceções, como São José do Rio Preto, Guaratinguetá e Presidente Prudente, que por iniciativas próprias iniciaram alguns programas nesse sentido, mas de maneira isolada". A idéia é que a experiência de Assis sirva para elaboração de um sistema adequado à realidade de toda a Universidade.



Para o pessoal da Seção de Graduação, o computador facilitou a elaboração das listas

HC recebe doação de um supermini

O Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina do campus de Botucatu recebeu, no dia 23 de março, um supermini ABC 2000/10 doado pela ABC Computadores. O equipamento é o de maior porte dos que compreendem o Plano de Informática, equivalente somente ao da Reitoria. Além disso, é autônomo, totalmente independente do pólo do campus.

Segundo o vice-reitor Paulo Landim, dentro das necessidades da Universidade quanto à informática a realidade do Hospital era muito particular. "Foi decidido que deveria haver uma verba específica para ele, porém havia dificuldades quanto a recursos suplementares e financiamento por parte do Governo", explica. Após vencer a concorrência, a ABC foi informa-

da da situação e doou o equipamento. "Com isso, estamos somando esforços para que se desenvolvam coisas novas dentro da realidade brasileira, permitindo um incremento de soluções para a Universidade", diz Alexandre Demjen, diretor comercial da ABC.

A instalação do equipamento já está sendo planejada e os funcionários — analistas, programadores e digitadores — sendo contratados para a primeira etapa do programa. "O equipamento será utilizado na parte gerencial, administrativa, operacional e científica, estabelecendo uma dinâmica burocrática mais ágil, além de um controle de qualidade nos atendimentos", diz William Saad Hossne, diretor da Faculdade.

Novo calendário para L. Docência

O Conselho Universitário aprovou, em reunião realizada no dia 24 de março, a ampliação de épocas para realização de concursos de Livre Docência. Até então, os concursos só podiam ser abertos duas vezes ao ano, nos meses de fevereiro e julho. A partir de agora, poderão ser abertos em janeiro, abril, julho e outubro.

A nova medida visa ampliar as oportunidades de inscrição e permitir um melhor planejamento de trabalho pelos docentes, além de maior divulgação em termos de conhecimento público.

Odontologia de Araraquara tem novo diretor



O reitor Nagle assina a posse de Tatsuko Sakma e Roberto Ramalho (à esquerda)

No dia 28 de março, na Reitoria, tomaram posse nas funções de diretor e vice-diretor, respectivamente, os professores Tatsuko Sakma e Luís Roberto de Toledo Ramalho, da Faculdade de Odontologia (FO), do campus de Araraquara. Os novos dirigentes substituíram os professores Carlos Landucci e Raphael Carlos Comelli Lia.

Na sessão solene estiveram presentes cin-

TITULARES
Durante a mesma reunião do C.O., a Comissão Especial encarregada de estudar a distribuição dos sessenta novos cargos de professor titular, criados neste ano, apresentou um quadro com o levantamento do número de departamentos por unidade que ainda não possuem titulares. A partir daí, as unidades deverão se manifestar sobre a viabilidade de preenchimento ou não destes cargos e informar à Reitoria, para que se efetive a distribuição. Vale lembrar que, para inscrever-se ao concurso, o candidato deve ter obtido seu título de livre docente há, pelo menos, cinco anos.

qüenta docentes e funcionários da Unidade, que vieram especialmente prestigiar a nova administração. Após a leitura do termo de posse, o reitor Jorge Nagle agradeceu a presença da comunidade lembrando, em seu discurso, a importância da Faculdade, em nível nacional, já que é considerada uma das primeiras em qualidade de ensino na área de Odontologia.

Anote

VIDA RURAL. O Departamento de Sociologia e a Pós-Graduação em Sociologia Rural e Urbana do ILCSE — Araraquara promoverão de 3 a 6 de maio, um encontro cujo assunto será: "O Interior Paulista em Debate: A Vida Rural". Serão realizadas mesas-redondas, apresentações de vídeos, grupos folclóricos e sertanejos. Para maiores informações entrar em contato com o Departamento, no telefone: (0162) 32-0444, ramal 119, ou escrever para Caixa Postal 174, cep 14.800, Araraquara (SP).

PARASITAS. O Departamento de Parasitologia do IB-Botucatu realizará a VII Jornada Paulista de Parasitologia nos dias 13 e 14 de maio. Os interessados podem entrar em contato com o professor Ednir Salata, da Comissão Organizadora. Endereço do Instituto: Rubião Júnior — cep 18.610, Botucatu (SP), telefone: (0149) 22-0555; telex: 0142107.

TALASSEMIA. O Centro de Referência de Hemoglobinas, do Departamento de Biologia do IBILCE — São José do Rio Preto, e a Associação Brasileira de Talassemia promoverão, nos dias 12, 13 e 14 de maio, o II Encontro Italo-Brasileiro de Talassemias. Para maiores informações, entrar em contato com o professor Paulo Cesar Naoum. Endereço do Centro: rua Cristóvão Colombo, 2265 — cep 15055, São José do Rio Preto, SP.

Docentes em atividades

• Foram publicados nos EUA os livros "Neuroendocrine molecular biology" e "Neural and endocrine peptides and receptors", pela editora Plenum Publishing Corporation. O tópico sobre o papel dos peptídeos cerebrais no controle da secreção adeno-hipofisária é de autoria conjunta dos professores João Cesar Bedran de Castro, da FO-Araçatuba, e S.M. Cann, da The University of Texas.

• O conto "Encontro Marcado", da professora Zelinda Tognoli Galati Moneta, da FEFCS-D-Marília, atualmente Delegada Regional da Cultura, venceu o IV Concurso de Contos Paulista. Participaram 250 autores de todo o Estado, entre os quais foram selecionados dezenove contos que deram origem a um livro. A docente concluiu no ano passado um livro sobre o Salão de Artes Plásticas de Marília.

• A Revista New Scientist publicou uma matéria que aborda um estudo realizado pelo pesquisador Hélio Fagundes, do Instituto de Física Teórica (IFT) — São Paulo, cuja especialidade é Cosmologia Relativista, e por Ubirajara Wichoski, atualmente cursando o doutorado no Instituto. A pesquisa trata de um dos modelos sobre a estrutura do universo.

Morre o professor Drouet

Faleceu, no dia 14 de março, de infarto, o professor adjunto Marcelo Edgard Drouet. Além de docente há 25 anos junto ao Departamento de Morfologia da FO-Araçatuba, era médico ginecologista e foi vice-prefeito da cidade entre 1977 e 1983.

Teses e dissertações

DOCENTES

• **Rose Mary Zumstein Georgetto** (IBILCE — São José do Rio Preto) "Reações de supressão da Emissão de complexo de Rutênio em meio micelar: Análise de troca iônica e de fatores gtrópicos na solubilização de substratos iônicos em micelas aniônicas". **Resumo:** O trabalho foi realizado com o objetivo de determinar os valores das constantes de seletividade de troca iônica dos ions orgânicos N-metil-4-cianopiridínio e N,N'-dimetil-4,4'-bipiridínio, na superfície de micelas aniônicas de decil e dodecil sulfato de sódio e decil e dodecil sulfato de tetrametil amônio. **Banca:** João Baptista Sargi Bonilha, Laerte Miola, Sônia Stachissini. **Mestrado,** dia 22 de janeiro, na FFCL/Ribeirão Preto — USP.

• **Ana Maria Gouyca Monteiro** (IBILCE — São José do Rio Preto) "Ophiuroidea (Echinodermata) da região de Ubatuba/SP — Aspectos morfológicos e ecológicos". **Resumo:** Foram desenvolvidos estudos sobre a variação individual de características morfológicas, observada durante o crescimento de ofiuróides, aspectos reprodutivos e considerações sobre a ecologia e distribuição de 19 espécies, na região de Ubatuba. **Banca:** Luiz Roberto Tommasini, Ana Maria Setubal Pires Vanin, Antonia Cecília Zacagnini Amaral, Yoko Wakabara e Paulo Cunha Lana. **Doutorado,** dia 26 de fevereiro, no Instituto Oceanográfico/USP.

• **Edmundo Villani Côrtes** (IAP — São Paulo) "Concertante para clarineta, sintetizador, piano acústico e percussão". **Resumo:** Foi focalizado o uso do sintetizador na música brasileira contemporânea. **Banca:** Heitor Alimonda, Henrique Morelenbaum e Mariza Rezende. **Mestrado,** dia 07 de março, na UFRJ/Rio de Janeiro.

• **Rubens José Pietsch Cunha** "Competição de tangerineiras cravo, dancy e ponkan (Citrus reticulata Blanco) e do tangor murcote (Citrus sinensis (L.) Osbeck x Citrus reticulata Blanco) em porta-enxerto de limoeiro cravo (Citrus limonia Osbeck)". **Resumo:** O presente trabalho teve por objetivo avaliar a adaptação e a capacidade produtiva das tangerineiras cravo, dancy e ponkan murcote, por um período de onze anos, nas condições ecológicas do município de São Manuel-SP. Determinou-se também algumas características físicas, físico-químicas e químicas das frutas, estabelecendo curvas de maturação para cada cultivar. **Banca:** Salim Simão, Célio Soares Moreira, Carlos Ruggiero, Ary Aparecido Salibe e Ede Cereda. **Livre-Docência,** dia 09, 10 e 11 de março, na FCA/Botucatu.

• **Maysa Fernandes Nunes** (FE — Guaratinguetá) "Método de cálculo de instalações de aquecimento indutivo contínuo de peças cilíndricas para fins de trabalho a quente". **Resumo:** Este trabalho tem por objetivo fornecer dados que possibilitem o dimensionamento de sistemas de aquecimento indutivo contínuo, para fins de trabalho a quente. A geometria enfocada é a cilíndrica. **Banca:** Carlos Daniel Ebinuma, Daltro Garcia Pinatti, Antonio Washington Albino de Souza, José Tomaz Senise e Nelson Múrcia. **Mestrado,** dia 17 de março, na FE/Guaratinguetá.

• **Darceny Zanetta Barbosa** (FO — Araçatuba) "Reimplante de dentes com superfície radicular tratada com trifosfato de adenosina. Estudo histológico em ratos". **Resumo:** O objetivo deste trabalho foi analisar histologicamente, em dentes reimplantados de ratos, a influência do tratamento da superfície radicular com uma solução de Trifosfato de Adenosina, previamente ao reimplante. **Banca:** Antônio César Perri de Carvalho, Alceu Berbert, Sylvestre Arnaldo Grandini, Carlos Eduardo Pinheiro e Roberto Luiz Tagliavini. **Mestrado,** dia 24 de março, na FO/Araçatuba.

• **Zacarias Xavier de Barros** (FCA — Botucatu) "Caracterização de bacias hidrográficas mediante o uso de análise multivariada". **Resumo:** Neste trabalho aplicou-se técnicas fotointerpretativas e estatísticas multivariadas a variáveis da ocupação do solo, a variáveis dimensionais, a variáveis da composição da rede de drenagem e a variáveis de relevo, medidas em bacias hidrográficas de 3ª ordem de ramificação pertencentes à bacia do rio Tietê no município de Botucatu-SP, com o objetivo de agrupar bacias segundo graus de similaridade, bem como inferir sobre a representatividade da distribuição espacial dos agrupamentos em relação a Carta de Solos de 1960. **Banca:** Gertrudes Celene Rocha Piedade, Paulo Rodolfo Leopoldo, Rutênio José Latanze, Luiz Roberto Lopes e Gilberto José Garcia. **Doutorado,** dia 25 de março, na FCA/Botucatu.

• **Luiz Malcolm Mano de Mello** (FE — Ilha Solteira) "Efeito de tipos de preparo na cultura da soja (Glycine max (L.) Merrill) e sobre algumas propriedades de um latossolo vermelho escuro de cerrado". **Resumo:** O presente trabalho teve como objetivo o estudo, em solo de cerrado, dos efeitos dos diferentes tipos de preparo, na cultura da soja e no solo, sobre os seguintes parâmetros: densidade global do solo, porosidade, infiltração de água, teor de Ca⁺⁺ + Mg⁺⁺, características agrônomicas da cultura e viabilidade econômica dos sistemas de preparo do solo. **Banca:** Sérgio Hugo Be-

nez, José Armando Furlani Júnior, Luiz Carlos Beduschi, Luiz Antonio Daniel, Duvílio Aldo Ometto, Carlos Antonio Gamero e Vinício Martins do Nascimento. **Doutorado,** dia 25 de março, na FE/Ilha Solteira.

ALUNOS

• **Darcy Hiroe Fujii** (IFT — São Paulo) "O método iterativo para a resolução da equação de Boltzmann não linear". **Resumo:** Aplicamos o método a uma função distribuição espacialmente homogênea e isotrópica na velocidade, nos modelos de Maxwell e VHP (partícula muito dura). Mostramos o resultado da aplicação ao modelo VHP comparado com a solução exata, onde observamos uma rápida convergência para a solução. **Banca:** Salomon Sylvain Mizrahi, Valdir Casaca Aguilera-Navarro, Gerhard Wilhenlm Bund, Bruto Max Pimentel Escobar, Diógenes Galetti, Lauro Tomio e Alfredo Takashi Suzuki. **Doutorado,** dia 26 de fevereiro, no IFT/São Paulo.

• **Márcia Regina Roveri de Arcanjo** (IQ — Araraquara) "Estudo de complexos de cobre em baixo estado de oxidação — Síntese e Estrutura". **Resumo:** Os compostos sintetizados neste trabalho podem ser basicamente divididos em dois tipos: / CuBr(PPh₃)₂ / onde (L = piridina; 2,2'-bipiridina; pirrolidina; morfolina; tiouréia; dimetiltiouréia e metiltiouréia) e / LCu₂Fe(CO)₄ / onde (L = amina polidentada: etilenediamina; dietileno-triamina; N,N'-dimetiletlenodiamina. **Banca:** Antonio Eduardo Mauro, Douglas Wagner Franco e Eduardo Joaquim de Souza Vicky. **Mestrado:** dia 05 de março, no IQ/Araraquara.

• **George Emanuel Avrann Matsas** (IFT — São Paulo) "Estudo do Universo primitivo do modelo Bianchi IX". **Resumo:** Usamos a teoria da relatividade geral para estudar o modelo cosmológico homogêneo Bianchi IX com grupo de isometria SO(3) próximo da singularidade cosmológica. Introduzimos o formalismo de bogoyavlenskii-novikov para explicar o comportamento não usual do expoente de liapunov associado a este sistema caótico. **Banca:** Gerson Francisco, Ruben Aldrovandi, Henrique Fleming e Antônio José Accioly. **Mestrado,** dia 10 de março, no IFT/São Paulo.

• **Carmem Sílvia Fontanetti** (IB — Rio Claro) "Estudo citotaxonomico em espécies brasileiras de Diplopoda". **Resumo:** A cariólogia de dez (10) espécies neotropicais de diplópodos são apresentados. Esse número abrange cerca de 20% das espécies estudadas citologicamente no mundo todo. **Banca:** Alejo Mesa Larrambehere, Carlos Henrique Silva Pentead e Toshie Kawano. **Mestrado,** dia 14 de março, no IB/Rio Claro.

• **Celso João Rubin Filho** (IB — Rio Claro) "Potencial da água e potencial osmótico em plantas jovens de um cerrado". **Resumo:** A variação diurna do potencial da água foliar, nas estações seca e chuvosa, foi estudada em plantas jovens de Anadenanthera falcata, Distictella mansoana e Serjania caracasana, nas condições de cerrado, na Fazenda Cachim, município de São Carlos-SP. Em laboratório foi estudado o potencial e o ajustamento osmótico das plantas de V. mansoana e S. caracasana, cultivadas em vasos e submetidas a um estresse hídrico artificial. **Banca:** José Antonio P. V. de Moraes, Elenice Moura Varanda e Adelita Ap. Sartori Paoli. **Mestrado,** dia 18 de março, no IB/Rio Claro.

• **Newton do Prado Granja** (FCA — Botucatu) "Seleção preliminar de clones de batata (Solanum tuberosum L.) com características favoráveis à obtenção de tubérculos-semente". **Resumo:** Neste trabalho, estudou-se na Estação Experimental de Itararé a seleção de clones gerados em 1980 pelo Programa de Melhoramento Genético da Batata conduzido no Instituto Agrônomo de Campinas. Desses clones, 95 dos 10.000 iniciais, foram selecionados por mais 3 gerações sucessivas de propagação vegetativa, com experimentos conduzidos de forma a avaliar sua produtividade dentro do esquema de produção sugerido pelas atuais Normas de certificação de Sementes. **Banca:** Oswaldo Brinholi, Noberto da Silva, Péricles Romeu Mallozzi, José Ricardo Machado e Cyro Paulino da Costa. **Mestrado,** dia 18 de março, na FCA/Botucatu.

• **Dilza Aparecida Nalin** (IB — Rio Claro) "Utilização das vinhaças de cana e de madeira para produção de biomassa de Aspergillus niger e Aspergillus oryzae". **Resumo:** Foram utilizadas vinhaças de cana e de madeira visando à produção de biomassa e a simultânea redução da DBO nesses resíduos. **Banca:** Chóiti Kiyun, Gil Eduardo Serra e José Otávio Machado. **Mestrado,** dia 22 de março, no IB/Rio Claro.

• **Teresa Kazuko Muraoka** (IQ — Araraquara) "Complexos de Metais do Grupo 2B — Síntese e Estrutura". **Resumo:** O presente trabalho consiste na síntese e no estudo espectroscópico na região do infravermelho de complexos envolvendo metais do grupo 2B, e na determinação da estrutura de dois deles por difração de raios-X. **Banca:** Antonio Eduardo Mauro, Yoshitaka Gushiken e Wanda de Oliveira. **Mestrado,** dia 24 de março, no IQ/Araraquara.

Universidade: idéias em discussão

O Jornal da UNESP inaugura aqui uma nova seção, organizada a partir de excertos de livros, clássicos ou recentes, que discutem a idéia (ou as idéias) de universidade. O objetivo é um só: contribuir para o debate, sempre presente, sobre as várias questões que envolvem as atividades acadêmicas.

A seguir, trechos de "Concepções de Universidade" e de "O Conceito de Universidade" acompanhados de breves comentários. (Veja no rodapé da coluna onde encontrar esses livros)

A atualidade de Paul Ricoeur

Conceptions de L'Université, de Jacques Drèze e Jean Debelle, com prefácio de Paul Ricoeur ("Citoyens", Éditions Universitaires, Paris, 1969; há tradução em língua portuguesa de Francisco de Assis Garcia e Celina Fontenele Garcia, *Concepções da Universidade*, Edições Universidade Federal do Ceará, 1983), é um pequeno livro importante, por dois motivos principais: um, por causa do prefácio sereno e rico de análise sobre a crise da Universidade, prefácio que, por si mesmo, possui valor incomum no quadro da bibliografia sobre o tema; outro, porque os autores nos fornecem um útil esquema histórico-classificatório da Universidade. Nesta direção, além de um capítulo final sobre a Universidade do Futuro, os autores apresentam desdobramentos esclarecedores de cada uma das cinco concepções da Universidade, quando discutem o Autor Principal de cada um dos "modelos", sua Finalidade, Conceção Geral, Princípios de Organização, concluindo quanto ao problema da massa em relação à elite. Numa primeira parte, discorrem sobre "A Universidade do Espírito", quando analisam três concepções: a de J.H. Newman — um "Meio de Educação"; a de K. Jaspers — uma "Comunidade de Pesquisadores"; a de A.N. Whitehead — uma "Fonte de Progresso". Numa segunda parte, denominada "A Universidade do Poder", apresentam as duas outras concepções: a de Napoleão — um "Molde Intelectual"; a de U.R.S.S. — um "Fator de Produção".

Pela sua grande atualidade, julgamos interessante transcrever o trecho que se segue de Paul Ricoeur, (págs. 9-10; grifos do autor), sobre o qual vale a pena

meditar, especialmente neste momento de mudança estatutária da UNESP:

"Com efeito, se foram os filósofos alemães, mais que ninguém no mundo, que refletiram sobre a Universidade e escreveram sobre dice Idee der Universität, em nenhum lugar a Universidade encarna mais apenas esta idéia. Em toda parte, a Universidade foi constrangida — pelo desenvolvimento industrial, pela sua transformação em uma instituição de massa, pela democratização, pela demanda de quadros superiores e médios, pelo empenho de uma educação permanente para todos os cidadãos — a alargar o campo delimitado por essa famosa idéia de Universidade (modelo "liberal"). Daí originar-se uma situação de crise que, em todo o mundo, caracteriza a Universidade: a Universidade é incapaz de se imaginar sob uma outra idéia, diferente daquela que os grandes "liberais" conceberam e não pode mais existir na forma em que foi concebida. A verdadeira questão é, então, a de saber se a Universidade moderna conseguirá transformar-se, a partir da instituição simples que foi no passado, em uma rede de instituições múltiplas que manteriam como centro de gravidade uma instituição devotada à pesquisa e se ramificariam em escolas profissionais superiores, na linha de um grande complexo de ensino superior. Se for bem sucedido, este alargamento, por si mesmo, poderá salvar a idéia de Universidade, respondendo, igualmente, às exigências dos tempos. A instituição seria de novo viável, se uma circulação se estabelecesse no interior do conjunto entre seu centro de gravidade e seus pólos de diferenciação."

Em função do Intelecto

O trecho a seguir, bastante provocativo, consta de artigo de Lorde Annan, transcrito por Kenneth Minogue em *O Conceito de Universidade* (tradução de Jorge Eira Garcia Vieira, Editora da Universidade de Brasília, pag. 168; grifo do autor):

"O Intelecto. Isto é para o que as universidades existem. Tudo o mais é secundário. A igualdade de oportunidades para ingressar na universidade é secundário. A necessidade de misturar as classes, nacionalidades e raças conjuntamente é secundário. As tristezas e alegrias da vida estudantil são secundárias. Como também o são os regulamentos, os costumes, a remuneração e a promoção do corpo docente acadêmico, e seus debates sobre mudança de currículo ou sua procura de recursos para a pesquisa. Até mesmo o despertar de um senso do belo ou o choque inspirador da nova experiência, ou a busca da própria virtude — tudo isso é secundário diante do cultivo, ensino e exercício do Intelecto".

Livro interessante, provocativo e

atual, pois, ao procurar explicitar o conceito de Universidade, K. Minogue põe diante de nós um conjunto de questões que nos forcem a refletir melhor sobre os rumos mais recentes da vida universitária. Assim, se discorre sobre a Origem da Universidade, acrescenta também capítulos sobre Religião e Liberdade Acadêmica, sobre Aulas, Mesas e Estudantes e sobre o Mundo Acadêmico e o Mundo Prático — tudo isso, para clarear o Problema de Identificação da Universidade, parte I da obra. A parte II, denominada Imitações do Acadêmico, analisa, em quatro capítulos, A Batalha das Crenças, o Jornalismo e dois outros sobre Ideologia. O Cerco de Academia é título da parte III, cujos capítulos tratam das doutrinas da Adaptação Social e da Transformação Social, terminando com uma discussão sobre a Universidade Secreta. Sem dúvida polêmica, o livro de Minogue é, fundamentalmente, fermentativo em cada uma de suas páginas. Veio para enriquecer a discussão sobre a questão universitária — esta é a sua maior qualidade.

ONDE ENCONTRAR

Concepções de Universidade (131 páginas, Cz\$ 100,00) pode ser encontrado nas seguintes Bibliotecas da UNESP: ILCSE — campus de Araraquara e FO — campus de São José dos Campos; *Conceito de Universidade* (171 páginas, Cz\$

640,00), no Grupo de Legislação e Documentação da Reitoria e na Biblioteca do campus de Rio Claro. Ambos os livros são distribuídos em São Paulo pela Editora Catavento, à rua Conselheiro Ramalho, 2928 — cep 01325; telefone: (011) 289-0811.

Núcleos Universitários

JORGE NAGLE

Deixando de lado certas impressões que permaneceram desde o tempo dos Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado (IIES), bem como certos pontos de vista formulados por ocasião da criação da UNESP, o germe da idéia de núcleo universitário surgiu quando a Reitoria, por solicitação do Governo do Estado, elaborou o "Planejamento das Atividades da UNESP para o Plano de Ação Governamental — 1965/1987".

Nesse "Planejamento", foram propostos sete itens que representavam importantes pontos para dinamizar a Universidade. Apenas para repór o que nos interessa no momento, entre esses itens ressaltávamos a importância da aplicação dos princípios de descentralização e de participação; mostrávamos, também, o significado que teria para a Universidade um processo global de reestruturação, especialmente para definir as novas bases para a nova UNESP, incluindo medidas de combate ao centralismo e redistribuição da competência dos órgãos centrais e das unidades.

É interessante lembrar que, à época, houve grande discussão sobre uma possível revisão do "sistema" de ensino superior público do Estado, com diversas sugestões a respeito da redivisão das instituições existentes (sugestões tais como novas universidades, USP I, II, III... etc.).

Por esse motivo, elaboramos, no início de 1965, um adendo ao documento anteriormente citado, também distribuído às unidades universitárias da UNESP, cujo subtítulo foi "Sugestões".

Nesse segundo documento, pretendíamos contribuir para a construção, gradativa, de um modelo ideal para a UNESP. Combatíamos propostas acabadas de modelos — um dos grandes males do ensino de 3º grau no Brasil —, mostrando que a nossa própria Universidade constituía um claro exemplo disso. De fato, mesmo apresentando uma situação peculiar no panorama brasileiro — a existência prévia dos antigos I.I.E.S. distribuídos pelo interior do Estado — acabou-se optando pelo modelo então existente no país, altamente centralizado e como se a UNESP, desde a sua criação, se localizasse num único espaço geográfico. A posição adequada, então por nós exposta, consistia em justificar que a melhor alternativa seria a de deixar que o próprio dinamismo das unidades universitárias que compõem a UNESP construísse, gradualmente, a imagem ideal que desejaríamos ver realizada. Foi nesse segundo documento que prestamos os primeiros esclarecimentos sobre a idéia de núcleo universitário.

É importante mencionar um terceiro documento ("A expansão e o desenvolvimento da UNESP: a propósito da criação de novos cursos", *Jornal da UNESP*, agosto de 1966, n.º 8, págs. 3-4); importante porque nesse artigo foram reaproveitadas as considerações feitas no documento anterior.

Transcrevemos:

"A idéia de núcleo universitário apareceu, de início, como contraponto à idéia de criação de universidades regionais, julgando-se que a adoção (ou reprodução) imediata de determinados modelos impede que o próprio dinamismo das unidades existentes contribua paulatinamente para se chegar ao que se pretende. Partindo dessa suposição, pensa-se como mais produtivo que cada unidade universitária da UNESP se esforce no sentido de definir o perfil da instituição que deseja ser, considerando-se sua história particular, sua vocação, porém, sem eliminar as variáveis "externas" que devem ser consideradas: de um lado, o quadro histórico-social mais amplo do Estado, de outro, o panorama global da UNESP. Isso porque não constitui boa política a de crescer desordenadamente, isto é, sem critérios muito claros e plenamente justificáveis; também, porque é preciso evitar o provincianismo ou as soluções associadas a interesses de pessoas ou de pequenos grupos, sem preocupação maior com a Universidade. E não se deve esquecer que quaisquer compromissos assumidos em determinado momento podem constituir-se, mais cedo ou mais tarde, em empecilhos para o desenvolvimento de cada unidade e da própria Universidade."

"A mesma idéia de núcleo contém a advertência segundo a qual não tem sentido umas unidades se despreocuparem das demais. O desequilíbrio entre as unidades universitárias da UNESP é sempre prejudicial ao todo. Com base nesse ra-

ciocínio, e para que, no conjunto, haja, pelo menos, grau razoável de articulação, torna-se necessária certa harmonia (ou complementação) entre os projetos das diversas unidades, especialmente as mais próximas geograficamente."

"De qualquer forma, projetos isolados padecem sempre de falhas porque não estão referenciados à totalidade das unidades, não apresentam ligações mais firmes com o plano global da Universidade; plano este que deverá definir os contornos, o dinamismo e também o futuro da organização universitária — organização que não admite seccionamentos, fragmentação, pois supõe articulação, inter-relacionamento, integração. Além disso, projetos com um mínimo de articulação permitem melhor distribuição e aproveitamento de recursos e, o que é também importante, facilitam a gradual transformação num projeto maior."

"Finalmente, o desenvolvimento de cada unidade universitária, principalmente de grupos de unidades existentes, fornecerá elementos conclusivos para justificar a criação de novas unidades, numa mesma região, ampliando o raio de ação da UNESP."

O quarto documento, o mais recente, foi apresentado em sessão do Conselho Universitário de 24 de setembro do ano passado: trata-se da *Indicação* que acompanhou o projeto substitutivo ao anteprojeto de Estatuto da Universidade (também publicada no *Jornal da UNESP*, outubro/87, n.º 20, págs. 6-7). Na seqüência, este talvez seja o texto mais importante, menos porque repõe questões já apresentadas nos anteriores, mais porque corporifica a idéia de núcleo universitário nas próprias normas do novo Estatuto.

Vejam o que foi apresentado na *Indicação*:

"Assim, o anteprojeto, ao fixar-se na denominada estrutura do poder, acabou por conservar o mesmo desenho do Estatuto vigente. Uma vez que as alterações propostas foram feitas sempre em paralelismo com as normas então existentes, tais alterações ficaram, em boa parte, comprometidas com a estrutura em vigor, especialmente, a reestruturação não contemplou uma das características típicas da UNESP, que é a de ser uma universidade multicampus. Com efeito, tanto o Estatuto vigente como o anteprojeto apresentado contém prescrições mais condizentes com uma universidade localizada num único campus. Daí o imperativo de pensarmos num novo modelo estrutural que, justamente, corresponda à própria especificidade da nossa Universidade". Além da necessidade de prefigurar medidas de caráter polifônico, com a consequente maior autonomia das unidades universitárias, a proposta de substitutivo objetivou "a um enquadramento global das normas de convivência universitária, que proporcione sistematização e coerência, além de avanço na proposta que consolide uma Universidade integrada, multifuncional e atuante na vida brasileira, e que elimine o que ainda resta das características de Universidade conglomerada."

Finalmente, afirmamos no mesmo documento a necessidade de "criação de Núcleos Regionais e a constituição de Conselhos nesses Núcleos, aos quais progressivamente serão delegadas atribuições de natureza normativa e executiva. Busca-se garantir, dessa forma, a efetiva integração da Universidade, não só ao seu meio, mas também mediante o desenvolvimento de programas de ensino, de pesquisa e de extensão universitária comuns a duas ou mais unidades de cada região. Este é um passo importante para a criação de núcleos universitários (futuras universidades?), que tornem possível a instalação de sub-reitorias, além de estimularem a caracterização de regiões geográficas. "É importante lembrar, ainda, que os presidentes dos Conselhos Regionais terão assento assegurado no Conselho Universitário, preservando, dessa forma, a imprescindível articulação dos níveis regional e central."

O intuito central desta exposição foi o de avivar a memória sobre aquilo que já vem sendo anunciado a respeito do mérito de uma idéia que, ao que parece, é decisiva tanto para dar à UNESP uma configuração própria como para fornecer-lhe condições favoráveis e seguras para o seu futuro desenvolvimento: a idéia de núcleo universitário (veja na edição de março/88 deste jornal, na página 2, o artigo "Sobre núcleos universitários"). Estamos esperançosos, por isso mesmo, de que o Conselho Universitário dedique, à discussão da idéia, o melhor dos esforços.

Odonto-Araçatuba enfrenta saudável desafio

Com a maturidade de seus quase 31 anos, a Faculdade de Odontologia do campus de Araçatuba está vivendo um saudável desafio: "fortalecer a consciência do ensino", nas palavras de seu diretor, professor Acyr Lima de Castro, há oito meses no cargo. Depois de ter um início de vida um tanto penoso — o que exigiu dos fundadores esforço e dedicação além do que o Estado oferecia —, a FOA se estabilizou e passou então a experimentar um grande crescimento em termos de desenvolvimento da pesquisa, fonte da atual 'preocupação' de seu diretor — elevar ainda mais também o ensino. "O aluno de Odontologia não anda sozinho", explica Acyr Castro, remodelando uma antiga frase do primeiro diretor da Faculdade, professor Carlos Aldrovandi, para quem "o ensino não pode evoluir se não houver pesquisa". E, com o passar do tempo, a FOA se consolidou também na extensão de serviços à comunidade, braço não só forte que ajuda a moldar sua atuação enquanto instituição universitária, mas também inovador. Ao lado do atendimento nas Clínicas de ensino, professores vão até comunidades carentes da periferia; ao mesmo tempo, toma corpo o Centro de Assistência Odontológica a Excepcionais, sem similar em todo o país. (Veja matéria abaixo).

EXCEDENTE

A Faculdade de Odontologia de Araçatuba desfruta hoje de instalações modelares. No começo, porém, a situação era diferente. Criada em 1954, ocupou inicialmente duas salas de aula emprestadas por uma escola, até que, dois anos e meio depois, se instalou em um prédio inicialmente construído para abrigar a Casa da Criança.

Os primeiros livros foram recebidos como doação, inclusive os do professor Carlos Aldrovandi, um catedrático da Universidade de São Paulo, que se mudou para Araçatuba com a família, com o objetivo de montar a nova escola. Aldrovandi morava no alojamento da Faculdade, o que facilitava suas idas à estação ferroviária pa-

ra buscar os primeiros móveis e materiais diversos endereçados à FOA. Eram objetos recolhidos pela Comissão de Materiais Excedentes do Estado, os quais o professor Aldrovandi lutava para conseguir como forma de instalar a Faculdade. "Ficamos mais de um ano sem precisar comprar papel", lembra Walter Perri Cefalli, atual diretor técnico acadêmico, funcionário da FOA desde sua fundação.

Criada por iniciativa da comunidade local, a escola surgiu como Faculdade de Farmácia e Odontologia, alterada para a denominação atual em 1970, quando as esperanças de se instalar um curso de Ciências Farmacêuticas acabaram de vez. Por outro lado, no entanto, o curso de Odontologia, iniciado em 1957, se firmava.

CONQUISTAS

A primeira defesa de tese de doutoramento realizada na Faculdade foi em 1963, apenas seis anos depois de criado o curso de Odontologia, e que foi também a primeira em toda a rede de Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado. Foram também os primeiros, na rede de IIES, os concursos de livre docência realizados na FOA, a partir de 1964.

O estímulo permanente ao desenvolvimento de pesquisa refletiu-se também na criação do curso de pós-graduação em Odontologia, área de concentração em Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo-Facial, iniciado em nível de mestrado, em 1977 e, em 1981, em nível de doutorado. Desde então, foram defendidas 44 teses de mestrado, 21 de doutorado e 41 de livre docência.

A Faculdade oferece, também, desde 1962, os cursos de extensão universitária, hoje ministrados regularmente, em nível de especialização, nas áreas de Dentística Restauradora, Endodontia e Odontopediatria, que, juntamente com o curso de pós, têm sido responsáveis pelo maior número de pesquisas realizadas com projeção inclusive internacional. Atualmente, a maioria dos 97 docentes da Faculdade está envolvida no desenvolvimento de cerca de trinta

diferentes linhas de pesquisas entre básicas e clínicas.

Outro tipo de atividade científica realizada pela FOA são os cursos de educação continuada, abertos a alunos e profissionais, que objetivam a permanente atualização e reciclagem de conhecimentos. Promovidos pelo menos um por mês, esses cursos têm seu tema determinado através de pesquisa feita junto aos profissionais da região, para levantamento das áreas onde há maiores deficiências.

OUTRAS FRENTES

A FOA realiza um extenso trabalho junto à comunidade. Nas suas quatro Clínicas odontológicas instaladas na própria Faculdade, os 327 alunos, sob orientação dos professores, atendem à população local. Só no ano passado, esse serviço beneficiou mais de 7.000 pacientes, com tratamentos que variavam de uma simples obturação a próteses totais.

Alunos e professores também desenvolvem outros trabalhos fora da Faculdade, e por isso chamados de Extra-Muros. São dois programas de atendimento à zona rural, seis na zona urbana, dois em reservas indígenas da região, além de atuar nos campus avançados de Humaitá e Vale do Ribeira. No total, a FOA mantém doze postos de atendimento.

A Faculdade realiza também palestras a convite de várias entidades, além de manter um programa para orientação e prevenção odontológica junto a escolas de 1º grau da região.

UNIFICAÇÃO

Consolidada em termos de ensino, pesquisa e extensão, a FOA ainda enfrenta uma dificuldade originada por sua própria expansão, que é estar instalada em dois locais diferentes: no prédio da cidade, onde são ministradas as aulas do terceiro e do quarto anos, e no campus localizado na rodovia Marechal Rondon, onde funciona o curso para o primeiro e segundo anos.

"Nosso objetivo é dar continuidade às obras para transferência de toda a Faculdade para o campus da rodovia — conta Acyr —



Na FOA (ao lado, o prédio da cidade), se formaram, em 30 anos, 1.546 alunos. Acima, o diretor Acyr Lima de Castro

mas sabemos que isso não se dará a curto prazo." Por isso, o desafio que se coloca nesse momento, é "administrar a separação, mantendo a Faculdade unificada", afirma. Isso se dá, por exemplo, através da realização de atividades como a Jornada Acadêmica, realizada anualmente na semana de 22

de maio, quando a FOA comemora seu aniversário, promovida em conjunto com o Diretório Acadêmico e organizada pelos alunos. Além disso, as próprias atividades junto à comunidade ajudam a diminuir a distância causada pela separação das instalações.

FACULDADE DE ODONTOLOGIA
Campus de Araçatuba
Rua José Bonifácio, 1193
Fone: (0186) 23-2120
16.100 — Araçatuba, SP

GRADUAÇÃO

CURSO	Nº ALUNOS
Odontologia	327

FUNCIONÁRIOS

Número total	220

PÓS-GRADUAÇÃO

CURSO	ÁREA DE CONCENTRAÇÃO	NÍVEL / ALUNOS	
		M	D
Odontologia	Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo-Facial	10	12

DOCENTES

TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO	RDIDP	RTC	RTP	TOTAL
Auxiliar de Ensino		12	5	—	17
Assistente		4	5	1	10
Assistente Doutor		26	7	—	33
Adjunto		10	1	—	11
Titular		24	2	—	26
Total		76	20	1	97

ESTRUTURAS DEPARTAMENTAIS

DEPARTAMENTOS / ÁREAS
Ciências Fisiológicas
Bioquímica, Farmacologia, Fisiologia
Clínica Infantil
Odontopediatria, Ortodontia
Diagnóstico e Cirurgia
Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo-Facial, Periodontia, Semiologia, Radiologia
Materiais Odontológicos e Prótese
Materiais Dentários, Prótese
Morfologia
Anatomia, Histologia, Embriologia
Odontologia Restauradora
Dentística, Endodontia, Escultura Dental
Odontologia Social
Bioestatística, Economia Profissional, Odontologia Preventiva e Sanitária
Patologia
Patologia, Microbiologia, Imunologia

Um Centro somente para excepcionais; único no Brasil

Até mesmo o mais simples dos tratamentos dentários, como obaturar ou extrair um dente, pode se tornar uma verdadeira batalha quando o paciente é excepcional. As dificuldades variam em diversos graus, chegando ao ponto de o profissional não conseguir que o paciente sequer abra a boca para iniciar o tratamento. Foi diante desses problemas e da ausência de trabalhos na área, que o professor Rui dos Santos Pinto, titular do Departamento de Diagnóstico e Cirurgia, resolveu dedicar-se ao assunto e criar um centro para atendimento odontológico exclusivo a excepcionais.

Isso foi em 1985. Naquele ano, o Centro de Assistência Odontológica a Excepcionais (CAOE) atendeu a 108 pacientes. Mas, por ser o único, não só na região, que presta esse tipo de serviço, esse número foi crescendo e, atualmente, já consagrado como unidade auxiliar da UNESP, o Centro atende a 542 pacientes gratuitamente. E a tendência é de crescimento contínuo, pois, como explica o professor, tratam-se de pa-

cientes vitalícios, que continuarão a voltar até o fim de suas vidas.

Antes de iniciar o tratamento odontológico, em um dos quatro consultórios que o Centro dispõe, o paciente passa por uma série de especialistas que dão o quadro sobre suas condições para o tratamento dentário: assistente social, psicólogo, neurologista, clínico geral ou pediatra, sendo que todos são submetidos a um eletrocardiograma, uma vez que, conforme o caso, deverão ser tratados sob anestesia geral.

Nesses casos, são encaminhados para o Centro Cirúrgico que tem todo equipamento odontológico de um consultório normal, mas é equipado como em um hospital: possui monitor cardíaco, desfibrilador (reativador cardíaco), fluxo de oxigênio, controle de pressão arterial, sistema de ventilação espontânea e controlada etc. O Centro Cirúrgico do CAOE possui duas salas de cirurgia, vestiários, sala de preparação e sala de recuperação de pacientes.

Quando o paciente é submetido à anestesia geral — o que é determinado não pelo problema odontológico mas pelo grau de excepcionalidade — "dois cirurgiões dentistas trabalham simultaneamente, um de cada lado da boca, a fim de que, de uma só vez, sejam tratados todos os dentes", explica o professor Rui, que também se admira da técnica desenvolvida pelos cirurgiões do Centro: "Nunca vi algo parecido em outro lugar".

Todas as informações sobre os pacientes são armazenadas em computador, o que está permitindo a formação de um banco de dados sobre tratamento odontológico em excepcionais, ainda inexistente para pesquisas na área. O Centro também possui, em seu computador, um cadastro de publicações sobre o assunto, com ementas de livros e artigos nacionais e estrangeiros.

O CAOE está instalado no prédio da FOA localizado na cidade e conta hoje com uma equipe composta por 34 profissionais de nível superior e técnicos.